

Carta introdutória	5
O ano em retrospecto	7
Atividades de investimento voltado para o desenvolvimento	17
A crise econômica e as empresas pequenas e médias	31
Demonstrações financeiras	37
Governadores e Governadores Suplentes	54
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	55
Administração e Gerência	56

Gráficos

Detalhamento, por setores, do financiamento líquido aprovado	21
Distribuição, por países, dos projetos aprovados	23
Carteira de projetos comprometidos, total acumulado	25
Classificação de desembolsos por tamanho de empresa	27
Operações aprovadas em 2001	35
Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados	36



Enrique V. Iglesias

29 de janeiro de 2002

Presidente da Assembléia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo IV, Seção 9(a) do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, transmito a Vossa Excelência o Relatório Anual da Corporação relativo a 2001 e as demonstrações financeiras auditadas que incluem o balanço geral, a demonstração de receitas e dos lucros acumulados, bem como a demonstração de fluxos de caixa referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2001.

Considerando o novo ambiente internacional e seu efeito desconcertante sobre a economia da região, as instituições que constituem o Grupo do BID – tanto coletiva quanto individualmente – reafirmaram seu compromisso de promover um desenvolvimento econômico e social sustentável na América Latina e no Caribe. O propósito da Corporação Interamericana de Investimentos é auxiliar as pequenas e médias empresas privadas da região, ajudando-as a atender às necessidades de financiamento sob a forma de crédito e investimento de capital. Essas empresas continuam a ser o principal motor do desenvolvimento com equidade por criarem empregos, gerarem receita em divisas e melhorarem a integração econômica e social. Dado o impacto crítico do financiamento sobre o ritmo do crescimento econômico, a Corporação está estrategicamente posicionada para prestar apoio às pequenas e médias empresas, ajudar a ampliar oportunidades de intermediação financeira e promover o desenvolvimento de mercados de capital locais.

Atenciosamente,

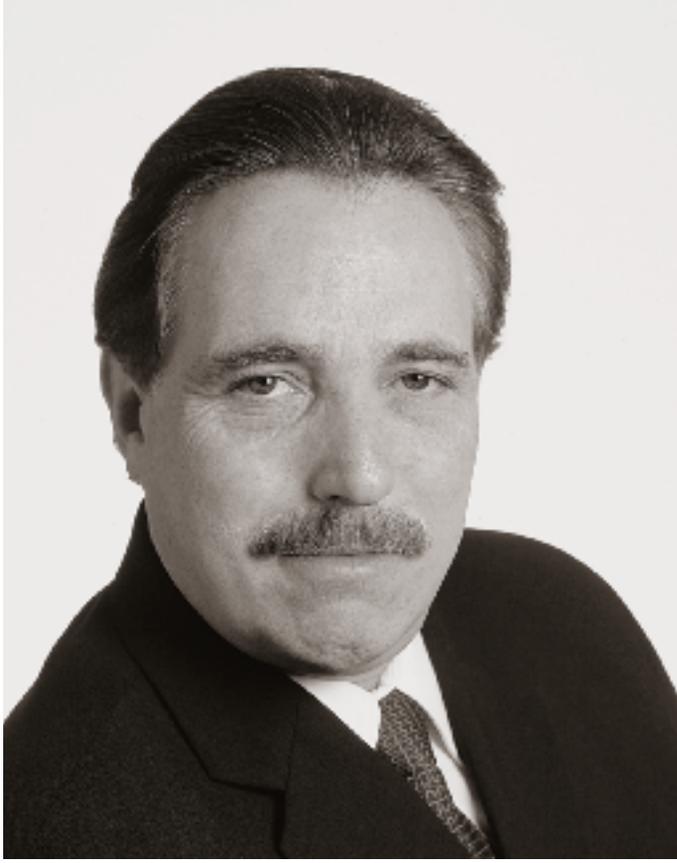


Enrique V. Iglesias

Presidente

Diretoria Executiva

Corporação Interamericana de Investimentos



Jacques Rogozinski

O ANO EM RETROSPECTO

A REGIÃO: PANORAMA ECONÔMICO

Em 2001, a produção industrial mundial sofreu a maior desaceleração das duas últimas décadas. Estima-se que o crescimento econômico global em 2001 seja em torno de 2,8%, representando forte queda em relação aos 4,8% em 2000. As economias da América Latina e do Caribe sentiram os efeitos dessa desaceleração econômica mundial em decorrência do fraco crescimento das economias dos Estados Unidos, Europa, Japão e países em desenvolvimento da Ásia. Fatores internos, particularmente a fraca demanda e crédito internos, problemas de fornecimento de energia elétrica e condições climáticas adversas também tiveram impacto negativo. Projeções do Banco Interamericano de Desenvolvimento indicam que o crescimento regional será em torno de 0,7% em 2001 com relação a 4,2% em 2000. As projeções são de que a região cresça de 2 a 2,5% em 2002 e de 3 a 3,5% em 2003, até chegar aos níveis de 2000 em 2004. Esses números traduzem previsões ainda não definitivas e podem sofrer alterações, dependendo da duração do atual declínio econômico e do clima de incertezas gerado pelos recentes acontecimentos mundiais.

As condições dentro e fora da região foram menos favoráveis do que as previsões originais; dessa forma,

2001 foi um ano desalentador para a maior parte dos países da América Latina e do Caribe. As duas maiores economias da região, Brasil e México, viram sua taxa de crescimento despencar. A Costa Rica, El Salvador, Jamaica, Paraguai, Peru e Suriname experimentaram tendências semelhantes, algumas delas causadas pelo baixo crescimento dos preços internacionais das matérias primas, enfraquecimento das exportações de zonas francas e condições climáticas adversas. A Argentina enfrentou um aprofundamento da recessão que vem afetando sua economia durante os últimos anos, enquanto a Colômbia manteve desempenho abaixo dos níveis históricos. Apenas o Chile, Equador e Venezuela, na América do Sul; Belize, na América Central; e a República Dominicana, Guiana e Trinidad e Tobago, no Caribe, anunciaram desempenhos positivos. O menor crescimento do PIB regional empurrou o déficit fiscal para cima a cerca de 3% do PIB com relação a 2,3% em 2000. Como resultado, a maior parte das economias da região terá maiores necessidades de financiamento em 2002 e isso, inevitavelmente, afetará a disponibilidade e custo dos recursos financeiros que as pequenas e médias empresas da região necessitam para crescer.

É provável que o crescimento econômico mais lento seja acompanhado por menor inflação. A inflação regional declinou expressivamente durante a última década, de 830% em 1990 para 7,5% em 2000 e as projeções são de que diminua ainda mais a cerca de 5% em 2001 e 2002. A expectativa é a de que 19 dos 26 países membros da CII na região anunciem taxas de inflação na casa de um dígito em 2001. O declínio da inflação vinha gerando um crescimento constante tanto da poupança quanto das taxas internas de investimento e atraindo, por exemplo, fluxos significativos de investimentos externos diretos, que cresceram 34% ao ano de 1992 a 2000.

Contudo, essa tendência positiva reverteu-se em 2001, quando, de acordo com estimativas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o total do investimento externo direto em mercados emergentes caiu de US\$160 bilhões para aproximadamente US\$100 bilhões. Espera-se uma recuperação parcial em 2002 para provavelmente US\$120 bilhões. Quanto à América Latina e ao Caribe, o investimento externo direto caiu em torno de US\$10 bilhões em 2001.

Da mesma forma, o panorama não tem sido promissor para o investimento interno, seja ele público ou privado. Vários países da região registraram crescimento negativo nessa área, embora, na maior parte dos casos, haja a expectativa de que esse indicador terá uma melhora em 2002. Do ponto de vista regional, o investimento bruto fixo deverá crescer de 17,1% do PIB em 2001 para 17,4% em 2002.

Apesar do menor fluxo de investimentos, as repercussões dos recentes acontecimentos mundiais poderiam tornar a região da América Latina e do Caribe relativamente mais atraente para os investidores tanto internos quanto externos. Isto porque os fatores macro e microeconômicos que fizeram da América Latina e do Caribe uma região atraente para o investimento externo ainda estão presentes. Esses fatores abrangem conquistas na consolidação da democracia, integração regional, abertura comercial, políticas fiscais responsáveis, melhor controle dos sistemas financeiros e uma moderna estrutura jurídica com relação a investimentos.

Para impulsionar ainda mais o potencial produtivo da região, é preciso que o financiamento de longo prazo esteja disponível para investimento e seja canalizado para os setores produtivos, a fim de dar sustentação a uma recuperação econômica. Também são necessários investimentos em infra-estrutura visando ao aumento da produtividade e à melhoria dos padrões de vida.

As empresas da América Latina e do Caribe vêm experimentando um processo de realinhamento de suas atividades e centralizando a atenção em seus principais investimentos. Esse processo deve favorecer as pequenas e médias empresas, particularmente no contexto de taxas de juros em dólar mais baixas. Para manter sua participação nos mercados doméstico e externo, as empresas de toda a região têm necessidade crescente de acesso a capital. A Corporação procurará atender às necessidades de seu mercado alvo desenvolvendo seus recursos da forma mais eficaz, tanto direta quanto indiretamente. Manterá uma abordagem disciplinada com relação a empréstimo e investimento e administrará zelosamente seus recursos para conseguir um equilíbrio entre seu mandato em prol do desenvolvimento e a busca de lucros financeiros adequados.

O papel da CII na região

Nos setores e nas áreas onde é difícil conseguir crédito ou capital em condições razoáveis, a Corporação continua a fornecer às empresas de pequeno e médio porte financiamento que as ajudará a crescer e se preparar para ter acesso aos mercados financeiros formais. Para alcançar este objetivo, é vital que a CII disponha de ferramentas que a capacitem a atingir o maior número possível dessas empresas; o programa de intermediação financeira e os investimentos da CII em fundos privados de ações constituem bons exemplos. As atividades de investimento de capital da Corporação continuam a focalizar principalmente esses fundos ou veículos semelhantes que possam proporcionar o capital necessário para o crescimento, abrindo, ao mesmo tempo, a estrutura de participação acionária a outros investidores capazes de proporcionar recursos de capital adicionais, bem como oferecer conhecimentos gerenciais e técnicos especializados. Assim, a Corporação prossegue em seu empenho de alcançar suas outras metas: promover as exportações e a modernização da tecnologia e da infra-estrutura, bem como proteger o meio ambiente como parte essencial do desenvolvimento sustentável. Faz também investimentos de capital diretos em empresas individuais, inclusive em instituições financeiras quando essa for a forma mais eficaz de atender às necessidades de investimento da pequena e média empresa.

Em tempos de incertezas econômicas, as empresas de pequeno e médio porte podem encontrar mais dificuldades para obter financiamento de longo prazo. O investimento externo direto nessas empresas pode cair drasticamente, da mesma forma que a demanda internacional pelas mercadorias que exportam. O papel da CII de proporcionar financiamento com base em prazos razoáveis e de catalisadora na captação de recursos de outras fontes torna-se mais importante nesses tempos. Os problemas enfrentados por pequenas e médias empresas durante períodos de declínio econômico serão retomados em seção específica deste relatório anual.

A Corporação

Impacto voltado para o desenvolvimento

As atividades da CII dedicadas à promoção do desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe continuam a produzir resultados positivos. Estima-se que as operações aprovadas em 2001 levem à criação de mais de 38.000 empregos, gerem exportações anuais no valor de US\$129 milhões e contribuam com US\$430 milhões por ano para o produto interno bruto da região. Os US\$128 milhões aprovados em 2001 apoiarão a implementação de projetos com custo total de US\$673 milhões. Para cada dólar reservado pela Corporação para projetos aprovados em 2001, cinco dólares serão alocados para projetos de investimento.

Cumulativamente, desde o início de suas operações em 1989, a CII canalizou financiamento a mais de 2.590 empresas nos setores de produção e serviços na América Latina e no Caribe. Projetos com um custo total superior a US\$8 bilhões foram realizados graças aos US\$762 milhões em financiamentos concedidos pela CII sob a forma de empréstimos e investimentos de capital, além de US\$400 milhões em recursos que a Corporação mobilizou por meio de acordos de co-financiamento. Para cada dólar investido pela CII, seis dólares estão sendo destinados a empresas que criaram cerca de 205.000 empregos e geram US\$2,8 bilhões em divisas para a região por ano. As operações em economias maiores perfazem US\$622 milhões, enquanto aquelas nas economias menores da região totalizam US\$416 milhões, ou seja, 60% e 40% da carteira, respectivamente. Os projetos com alcance regional elevam-se a US\$202 milhões. Em 31 de dezembro de 2001, 87% dos investimentos comprometidos pela CII tinham sido totalmente desembolsados.

Administração de carteira e do risco creditício

A distribuição eficaz e produtiva dos recursos subscritos pelos acionistas da CII depende de uma sólida administração de carteira que leve em conta, principalmente, os dois tipos de risco a que estão sujeitas as empresas que realizam projetos com recursos da CII: o risco macroeconômico e o risco creditício.

Grande parte do risco macroeconômico está fora do controle da CII e de seus clientes. Não obstante, o processo de avaliação anterior à aprovação do projeto leva em conta esse risco e visa a evitar situações em que os riscos potenciais tornariam praticamente impossível alcançar as metas de desenvolvimento da CII ou recuperar seus ativos.

A administração do risco creditício e da qualidade dos ativos ganhou ímpeto renovado em 2001 com a criação de uma Unidade de Crédito e um Comitê de Crédito. A missão da Unidade de Crédito é fornecer ao Comitê de Crédito uma avaliação do risco creditício de cada empresa responsável pelo projeto e do preço, estrutura e pacote de garantias propostos, relativamente a cada operação. O Comitê, ao qual cabe a recomendação final quanto à apresentação de projetos para exame da Diretoria, dessa forma atém-se principalmente aos aspectos creditícios e a assegurar que os empréstimos e investimentos estejam estruturados de acordo com o perfil de risco da empresa responsável pelo projeto. Aspectos não creditícios, tais como impacto do projeto sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, mobilização do setor privado internacional e de recursos dos mercados de capital e políticas da CII são fundamentais para a tarefa da CII e são levados em consideração no processo de decisão quanto à submissão de um projeto à Diretoria. Neste sentido, informações sobre esses aspectos de cada proposta de projeto são recebidas antes da última reunião na qual o Comitê de Crédito analisa o projeto em questão. A Administração da CII acredita que o Comitê de Crédito, como um órgão especificamente voltado para o risco creditício, contribuirá para dar forma a uma cultura creditícia proativa na CII e, dessa forma, ampliar ainda mais a capacidade da CII de cumprir sua missão em prol do desenvolvimento.

Supervisão de projetos e gestão de projetos problemáticos

A supervisão dos projetos compete às Divisões de Operações. Cada empréstimo ou investimento da CII é submetido a pelo menos uma revisão anual. Os projetos problemáticos são transferidos da área de Operações para a Unidade de Operações Especiais, à qual compete maximizar a recuperação de caixa relativamente a empréstimos e investimentos duvidosos.

A Unidade de Operações Especiais também contribui para a prevenção e detecção antecipada de projetos problemáticos, participando do Comitê de Crédito e do Comitê de Supervisão de Carteira. A Unidade também assessora os funcionários responsáveis pelos projetos, transmitindo-lhes as lições aprendidas a partir de projetos problemáticos.

Em nível superior, o Comitê Especial *Ad-Hoc* da Diretoria proporciona um foro para a discussão de planos de ação de recuperação em uma fase inicial. Por intermédio do Comitê, a CII mantém seus Diretores Executivos informados e busca sua orientação em momentos críticos das negociações com empresas cujos projetos enfrentam dificuldades.

Exercício financeiro de 2001

Atualmente, a CII está operando com base num programa decenal que acompanhou o aumento de capital aprovado em 1999. O plano operativo trienal para 2000-2002 foi o primeiro de uma série de planos de ação destinados a implementar o programa decenal. O desempenho da CII durante os dois primeiros anos do plano operativo original foi satisfatório, do ponto de vista de preparação da instituição para atender aos objetivos gerais estabelecidos pelos países membros. A Corporação tem envidado esforços para satisfazer os objetivos operacionais e financeiros em um clima macroeconômico adverso que inclui taxas de juros internacionais mais baixas.

Em termos da qualidade dos ativos da CII, a Corporação tem adotado uma abordagem mais conservadora ao avaliar as possíveis perdas na carteira. Isso resultou em um fortalecimento do processo de provisionamento, visando a melhor identificar e quantificar os riscos e o valor da carteira de investimentos. Para proteger os ativos existentes, a função de supervisão foi reforçada. Ainda, a Unidade de Operações Especiais obteve êxito na recuperação de ativos depreciados. A função de avaliação *ex post* foi definida, e as avaliações de projeto estão sendo realizadas de acordo com o plano.

Em 2001, a Corporação identificou 63 projetos potenciais em 12 países; 44 não foram considerados porque não atenderam aos critérios básicos da CII no que tange a tamanho, adicionalidade ou risco percebido, entre outros. Os 19 restantes passaram para a fase de formulação e projeção. Como resultado, 19 operações foram submetidas à análise e aprovação da Diretoria Executiva.

Neste exercício, a Diretoria da CII aprovou 19 projetos em 11 países, totalizando US\$128 milhões. Vinte e três dos fundos aprovados referiram-se a investimentos de capital e setenta e sete a empréstimos. Dois dos três investimentos de capital foram encaminhados para fundos de investimentos nacionais ou regionais voltados para o desenvolvimento. Estes fundos têm uma capitalização total de US\$350 milhões, proporcionando uma alavancagem de 17,5:1 dos investimentos de capital próprios da CII durante este ano. Três dos empréstimos serão co-financiados; estas operações usarão US\$35 milhões dos recursos próprios da Corporação, para mobilizar um total de US\$55 milhões em captação de recursos provenientes de bancos e de terceiros.

Em 2001, a receita da CII proveniente de todas as fontes elevou-se a US\$32 milhões. A receita proveniente de operações de empréstimo totalizou US\$22 milhões (US\$20 milhões provenientes de juros e US\$2 milhões de comissões). Os ganhos de capital e a receita de dividendos proveniente da carteira de investimento de capital totalizaram US\$3 milhões durante este ano. As despesas totais, que incluem US\$26 milhões para provisões, elevaram-se a US\$47 milhões, resultando em uma perda líquida de US\$15 milhões.

O significativo aumento das provisões para perdas reflete a abordagem prudente da Corporação com relação ao declínio econômico que vem afetando alguns de seus países membros, bem como sua rigorosa observância de práticas contábeis conservadoras.

Cooperação com o Grupo do BID

A ação conjunta das instituições que compõem o Grupo do BID pode ter o papel de poderoso agente do desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A motivação básica do trabalho coordenado entre a CII e o BID é o desenvolvimento dos segmentos do setor privado dentro das estratégias e programações dos diferentes países. Neste sentido, a CII participa da Comissão de Coordenação do Setor Privado. O Oficial Principal de Crédito da CII assessora o Vice Presidente Executivo do BID em projetos do Departamento de Setor Privado desse Banco. A equipe da CII também participa do Grupo de Revisão de Crédito do Departamento de Setor Privado e da comissão de empréstimos do Banco para operações realizadas com o setor privado. E a Comissão de Créditos da CII atua também como “comissão de operações” no processo de aprovação de investimentos de capital nas operações empreendidas pelo Fundo Multilateral de Investimentos.

Fundo Multilateral de Investimentos

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) foi criado em 1992 para promover a viabilidade econômica e social das economias de mercado da América Latina e do Caribe. O Fumin é administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e contrata a CII para a prestação de serviços de avaliação de projetos de investimento. Em 2001, a Corporação analisou uma iniciativa de investimento de capital de alcance regional, enquanto avaliou dez outros fundos de investimentos apoiados pelo Fumin no Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Trinidad e Tobago.

AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund

A CII continuou a colocar seu conhecimento especializado sobre a região à disposição da Emerging Markets Partnership para fins de investimentos do fundo em empresas de infra-estrutura na América Latina, principalmente nos setores de energia, transportes e telecomunicações. A Emerging Markets Partnership é o principal assessor do AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund (LAIF). Durante o exercício, a CII prestou serviços de assessoramento e supervisão a 19 projetos.

Outros fundos especiais

Em 2001, a Corporação realizou 8 estudos com o apoio das seguintes entidades: Swiss Fund, Spanish Trust Fund, Evergreen Fund da United States Trade Development Agency, Italian Trust Fund e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Durante o ano, cerca de US\$585.000 em fundos de cooperação técnica foram canalizados por meio da CII.

Assuntos Institucionais

O crescimento da parceria

A Assembléia de Governadores aprovou o ingresso de cinco novos países membros – Bélgica, Finlândia, Noruega, Portugal e Suécia – na CII. Na data deste relatório, a Suécia havia atendido a todos os requisitos legais para participação, enquanto os demais países se encontravam em diferentes estágios do processo.

CII recebe classificação

A Corporação Interamericana de Investimentos recebeu a classificação Aa2 da Moody's Investors Service. Esta decisão fundamentou-se em fatores qualitativos e quantitativos e em suposições quanto aos níveis futuros de emissão de dívida e ao desempenho da carteira de empréstimos da CII. A Moody's também considerou que os US\$300 milhões obtidos pela Corporação por intermédio do Programa de Crédito Global Multissetorial do BID foi elemento fundamental para a atribuição dessa classificação.

A decisão da agência também ratifica os importantes compromissos de capital por parte dos países membros, regionais e não-regionais, da CII, representados por US\$500 milhões de aumento do capital aprovado em 1999.

A decisão da Moody's representa uma avaliação da capacidade da Corporação de cumprir suas obrigações financeiras não garantidas e pode ser vista como o equivalente a uma classificação para dívida principal não garantida.

Em dezembro de 2000, a Standard & Poor's concedeu à CII sua classificação AA de contraparte. Estas duas classificações colocam a CII em uma boa posição para mobilizar recursos adicionais a partir de mercados financeiros.

Finpyme

O Finpyme (*Financiamento Inovador para Pequenas y Medianas Empresas*) é uma das iniciativas mencionadas no plano operativo trienal da CII, aprovado após o aumento de capital da Corporação. O Finpyme é um programa piloto que usa uma metodologia de revisão diagnóstica para identificar e avaliar projetos e tornar as pequenas e médias empresas mais competitivas. É uma resposta à necessidade de suporte à linha de projetos da Corporação, ao mesmo tempo em que dinamiza o processamento dos projetos e reúne informações úteis sobre o ambiente empresarial no qual opera o setor privado da região. Esta metodologia foi desenvolvida com a assistência da firma espanhola Ikei, a qual apresentou uma proposta abrangente, com base em sua experiência de trabalho com pequenas e médias empresas. O início de atividades deste projeto foi parcialmente financiado pelo Fondo Español de Consultoría-ICEX e por fundos provenientes do orçamento da própria CII.

Essas informações sobre o ambiente empresarial, coletadas com o uso da metodologia Finpyme, serão úteis para missões de programação futuras do Banco Interamericano de Desenvolvimento e permitirão fornecer recomendações aos governos sobre formas de eliminar os obstáculos ao investimento enfrentados pelas pequenas e médias empresas da região.

Na data deste relatório, a Corporação havia recebido 30 revisões diagnósticas do Chile e 20 da Bolívia. Agora, estão sendo avaliadas para a verificação da possibilidade de financiamento dos projetos propostos pelas empresas que obtiveram as pontuações mais elevadas na escala definida pela metodologia Finpyme.

CIFI

A CII, em parceria com importantes instituições financeiras da Europa e da região, assinou um acordo de acionistas para a criação da Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura (CIFI). A CII investirá US\$10 milhões na CIFI, que financiará pequenos e médios projetos de infraestrutura na América Latina e no Caribe, como forma de promover o desenvolvimento econômico da região e canalizar financiamentos adicionais provenientes de fontes privadas de fora da região.

Informações adicionais sobre este projeto inovador podem ser encontradas na seção sobre os projetos realizados em 2001.

Meio ambiente

Em junho, representantes de 27 instituições financeiras de 10 países da América Latina e do Caribe participaram de um *workshop* sobre gestão ambiental patrocinado pela CII. O *workshop* deste ano foi copatrocinado pela Corporação Financeira Internacional e a Corporación Andina de Fomento, como parte de um esforço interinstitucional para aumentar a cooperação e simplificar a transmissão de informações a clientes mútuos.

Todos os intermediários financeiros com os quais a CII opera estão contratualmente obrigados a participar desses *workshops* para aprender a integrar as práticas de gestão ambiental às suas próprias operações e transformar boas práticas ambientais em vantagens competitivas. Os *workshops* dispensam especial atenção à responsabilidade dos bancos no monitoramento dos aspectos ambientais dos projetos por eles financiados com os fundos da CII.

Industrial Bank of Japan

A Corporação e o Industrial Bank of Japan assinaram uma linha de crédito rotativo de US\$100 milhões, válida por dois anos. A CII usará a receita das operações para conceder financiamento a pequenas e médias empresas da América Latina e do Caribe.

Israel Export Institute

A Corporação assinou um memorando de intenção com o Israel Export Institute. As duas organizações trabalharão em conjunto na América Latina e no Caribe intercambiando informações e publicações, prestando apoio logístico e identificando parceiros e investidores potenciais para a formação de *joint ventures* entre empresas israelenses e pequenas e médias empresas da região.

Reunião Anual de 2001

A Décima Sexta Reunião Anual da Assembléia de Governadores foi realizada em Santiago, Chile, de 19 a 21 de março de 2001. Durante essa reunião, os governadores aprovaram as demonstrações financeiras da CII relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, bem como o relatório anual da Corporação. Antes da reunião, a CII patrocinou um seminário sobre o papel do setor privado no estímulo ao desenvolvimento econômico da América Latina.

Perspectivas para o futuro

Dentro do objetivo amplo do Grupo do BID de ampliar o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe, a CII tem procurado aumentar sua própria contribuição, conforme estabelecido no plano operativo aprovado pela Diretoria Executiva. Habitação e educação – ambas, fatores essenciais para o progresso econômico e social – são duas áreas em que as empresas privadas podem dar importante contribuição. Um bom exemplo, é o fornecimento de moradia a famílias de baixa e média renda, usando a poupança local e privada como uma fonte de financiamento, por meio da criação de instrumentos de investimento de longo prazo que dêem suporte aos mercados de capital locais.

A CII pode agregar valor aos projetos nessas áreas e contribuir para a sua materialização. Quando estava desenvolvendo seu primeiro projeto no setor hipotecário brasileiro (aprovado em 2000) a CII trabalhou em estreita colaboração com a Comissão de Valores Mobiliários para que esta aprovasse a estrutura dos títulos garantidos por hipoteca, contemplada pelo projeto. Isso permitiu que o projeto se tornasse viável e pudesse ser reproduzido e, ainda, possibilitou a emissão desses títulos pela primeira vez no Brasil. Os projetos da Brazilian Mortgages e da Brazilian Securities aprovados neste ano (veja os detalhes correspondentes no capítulo seguinte) ajudarão a introduzir as *Cédulas de Crédito Imobiliário* – uma nova obrigação de empréstimo imobiliário com garantia real – no crescente mercado brasileiro de securitização imobiliária.

No setor de educação, neste ano, a Corporação aprovou seu primeiro projeto sob a forma de um empréstimo à Universidade do Sul de Santa Catarina, no Brasil. Esta universidade privada possui cinco campi no Brasil. Suas taxas de matrícula são baixas e competitivas e a universidade, além de administrar uma ajuda financeira concedida pelo governo federal a alunos carentes, criou seu próprio programa de crédito estudantil. Além de apoiar a expansão do ensino básico e superior no Brasil, com este projeto a CII visa a desenvolver a capacitação nesse setor e espera que o projeto UNISUL seja o primeiro de uma série. Uma das metas da Corporação é identificar os principais riscos normalmente envolvidos no investimento neste setor crucial e encontrar formas de reduzi-los. Para detalhes adicionais sobre esta operação específica, consulte a seção sobre atividades de investimento em 2001.

A Corporação também passou a considerar várias questões que a ajudarão a moldar suas políticas e operações. Essas questões – adicionalidade, governança e fraude e corrupção – são de difícil abordagem, pois são complexas e sensíveis. Contudo, o dever da Corporação perante os países que a constituem exige que sejam abordadas.

Adicionalidade

No debate de política sobre o papel e políticas de instituições financeiras internacionais, uma preocupação recorrente é a necessidade de impedir que o financiamento que concedem substitua o capital privado disponível ou mesmo distorça incentivos de mercado ou a aceitação normal de riscos comerciais por investidores privados, particularmente aqueles que podem recorrer a outras fontes de financiamento e ter acesso aos mercados externos de capital. Neste sentido, geralmente se considera que fundos públicos investidos em projetos do setor privado são justificados, desde que comprovem que podem gerar um nível demonstrável de *adicionalidade em prol do desenvolvimento*. Genericamente, este termo é entendido como cobrindo uma ampla gama de benefícios econômicos, ambientais e trabalhistas. Entre estes benefícios figuram a criação de empregos, o desenvolvimento de recursos humanos e materiais, a proteção ambiental e a promoção de padrões internacionais de trabalho.

Incentivar e medir a adicionalidade nas operações da CII estão no centro do mandato estatutário e na orientação estratégica da Corporação. Em 2001, a Administração da CII iniciou um diálogo com a sua Diretoria, equipes de projeto, clientes e outras entidades interessadas da América Latina e do Caribe. Esse diálogo contínuo concentra-se na projeção, mensuração e monitoramento da adicionalidade nas operações da CII. Explora também as compensações potenciais entre o impacto para o desenvolvimento e o risco do projeto. Um instrumento para avaliação e monitoramento da adicionalidade das operações da CII está sendo desenvolvido e será implementado no início de 2002.

Governança

Governança é um conceito amplo, que abrange a gestão de questões localizadas nos planos empresarial, nacional e multilateral. Instituições dedicadas ao desenvolvimento, como a CII, podem ampliar a governança empresarial e nacional nos países membros, divulgando e recompensando as melhores práticas comerciais e ajudando a fortalecer a legislação interna, em áreas como princípios de contabilidade, direitos de proteção de acionistas minoritários, promoção da transparência dos governos e abordagem da espinhosa questão da fraude e da corrupção. Essas instituições também precisam assegurar o bom andamento de sua própria governança, salvaguardando a transparência de suas próprias operações e a responsabilidade por seu próprio desempenho financeiro e em prol do desenvolvimento.

Um documento modelo sobre governança apresentado à Diretoria da CII em 2001 servirá de base para a tomada de decisões sobre o papel da governança no aprimoramento da gestão das empresas e avaliação de capital.

Fraude e corrupção

Entre os temas essenciais tratados pela CII durante este ano, a fraude e a corrupção podem ser considerados como os de mais difícil abordagem. Além disso, existe uma tendência generalizada de associar fraude e corrupção mais diretamente ao setor público, o que está fora do alcance de atuação da CII. Contudo, estas duas questões afetam também o setor privado e, neste aspecto, a Corporação apresentou proposta à Diretoria para o estabelecimento de um mecanismo independente de supervisão para investigar alegações de fraude e corrupção. A proposta enfatiza a tolerância zero à fraude e corrupção e discute prevenção e dissuasão, responsabilidade e recurso a medidas legais e mecanismos de solução.

A CII atribui grande importância ao aprimoramento da transparência em suas operações por meio de sólidas práticas de gestão financeira. A CII também assumiu os compromissos de manter tolerância zero à fraude e corrupção e manter a integridade de suas operações. Estes compromissos são válidos internamente com relação à Administração e funcionários da CII e externamente em suas negociações com as empresas clientes. A CII tem procedimentos internos e externos aos quais pode recorrer para avaliar os riscos de práticas corruptas em suas próprias operações.

No fundo, as três questões – adicionalidade, governança e fraude e corrupção – estão relacionadas com responsabilidade. Instituições de desenvolvimento devem ser responsáveis pelo uso que fazem dos recursos públicos e pela abordagem destas e de outras questões relativas ao papel das instituições multilaterais de desenvolvimento. À luz dessas discussões, a Corporação Interamericana de Investimentos continuará a aprimorar suas políticas e as ferramentas que utiliza, com o objetivo de fazer o melhor uso dos recursos que seus países membros lhe confiaram.



Jacques Rogozinski

Gerente-Geral

Corporação Interamericana de Investimentos

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO VOLTADO PARA O DESENVOLVIMENTO

O programa da CII de financiamento do desenvolvimento tem como alvo as pequenas e médias empresas da América Latina e do Caribe com acesso limitado a financiamento de longo prazo.

Os empréstimos da CII são expressos em dólares dos Estados Unidos. Os valores dos empréstimos podem constituir até 33% do custo de um novo projeto ou até 50% do custo de um projeto de expansão. Os prazos de amortização dos empréstimos são, em geral, de 5 a 8 anos (até o máximo de 12 anos), incluindo o período de carência cabível. Os empréstimos, cujos custos são estabelecidos de acordo com condições do mercado internacional, estão geralmente sujeitos a uma taxa variável baseada na LIBOR. Em certos casos, a CII pode conceder empréstimos conversíveis, subordinados ou participativos.

A CII também realiza investimentos de capital de até 33% do capital da empresa beneficiária. No final do período de investimento, a CII vende sua participação acionária. Entre os possíveis mecanismos de saída figuram a venda na bolsa de valores local, a colocação privada a terceiros interessados e a venda aos patrocinadores do projeto com base em um contrato pré-negociado de compra e venda de ações.

Em 2001, a Corporação recebeu 63 pedidos de financiamento. Destes, 44 não foram considerados por não atenderem a critérios básicos da CII quanto à dimensão, adicionalidade ou risco percebido, entre outros. Dezenove propostas foram consideradas em uma etapa inicial. Como resultado, 19 operações foram submetidas ao exame e aprovação da Diretoria Executiva.

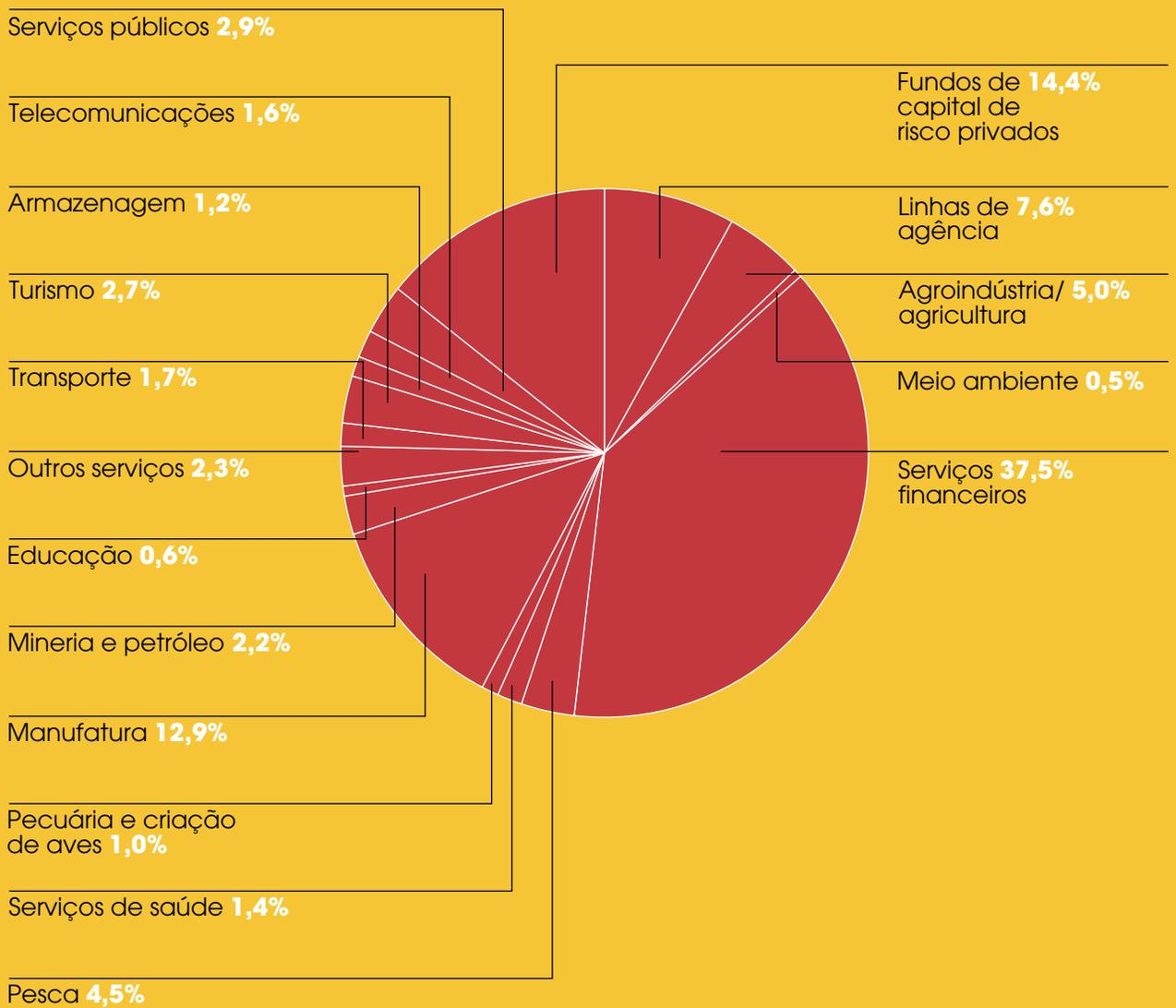
Dezesseis das operações descritas abaixo incluem empréstimos, totalizando US\$98 milhões; três incluem investimentos de capital, totalizando US\$30 milhões. Neste ano, os três empréstimos co-financiados mobilizarão US\$55 milhões adicionais em financiamento e os dois fundos de investimento nos quais a CII passou a deter participação acionária permitirão uma alavancagem adicional dos recursos disponíveis para as pequenas e médias empresas da região. O custo total dos projetos financiados a partir das operações aprovadas pela CII em 2001 é de US\$673 milhões.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO VOLTADO PARA O DESENVOLVIMENTO

PAÍS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	Empréstimo da CII US\$	Investimento de capital da CII US\$	Custo do projeto US\$
Regional	<p>A CII está fazendo um investimento de capital no Cori Capital Partners, L.P., um fundo que, por sua vez, fará investimentos de capital acionário e em títulos equivalentes a ações em pequenas e médias empresas privadas da América Latina, em indústrias em processo de consolidação regional e/ou global. O objetivo do fundo é proporcionar capital acionário ou vinculado a ações a empresas que procuram incrementar suas receitas, aumentar a lucratividade de suas operações, implementar mudanças estruturais com impacto sobre indicadores sociais e ambientais e racionalizar suas estruturas de capital. É provável que muitos dos investimentos do fundo se destinem a financiamentos de crescimento, recapitalizações ou financiamentos de aquisição. O fundo do Cori Capital tem como meta a capitalização de US\$300 milhões; embora possa investir em qualquer país da região latino-americana, tem uma meta específica de investir no mínimo 30% de sua capitalização em países que não estão entre os principais mercados da região. Esta meta é condizente com o compromisso da CII de canalizar mais fundos para países com baixa representatividade em sua própria carteira de ações. A CII exigirá que o gerente do fundo faça uma análise ambiental de cada uma das empresas beneficiárias. Essa análise deverá incluir o cumprimento das leis e os regulamentos ambientais, de segurança e de trabalho desses países, e das diretrizes ambientais e trabalhistas da CII.</p>		\$10 milhões	\$300 milhões
	<p>A Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura (CIFI) financiará pequenos e médios projetos de infra-estrutura na América Latina e no Caribe. A criação da CIFI é o resultado do esforço conjunto da Caja Madrid e da CII para conceder financiamento a este setor essencial. Este projeto inovador atraiu a participação de instituições financeiras públicas e privadas, entre as quais figuram o Banco de Galicia y Buenos Aires (Argentina), a Caixa Geral de Depósitos (Portugal), o Caribbean Development Bank, o Central American Bank for Economic Integration, o Republic Finance and Merchant Bank (Trinidad e Tobago), o Unibanco (Brasil), o Primer Banco del Istmo (Panamá) e o Banco del Pichincha (Equador). Trata-se de uma combinação sem precedentes de instituições multilaterais, bancos regionais latino-americanos e instituições européias trabalhando em conjunto para o desenvolvimento da infra-estrutura da região. A CIFI transferirá parte de seus lucros a um fundo de desenvolvimento regional, introduzindo assim – pela primeira vez a partir de uma instituição financeira multinacional diversificada – o conceito de “dividendo social”. O fundo será co-financiado pelo Fundo Multilateral de Investimentos, instituição do Grupo do BID. Nos primeiros cinco anos de operações da CIFI, segundo as projeções, apro-</p>		\$10 milhões	\$50 milhões

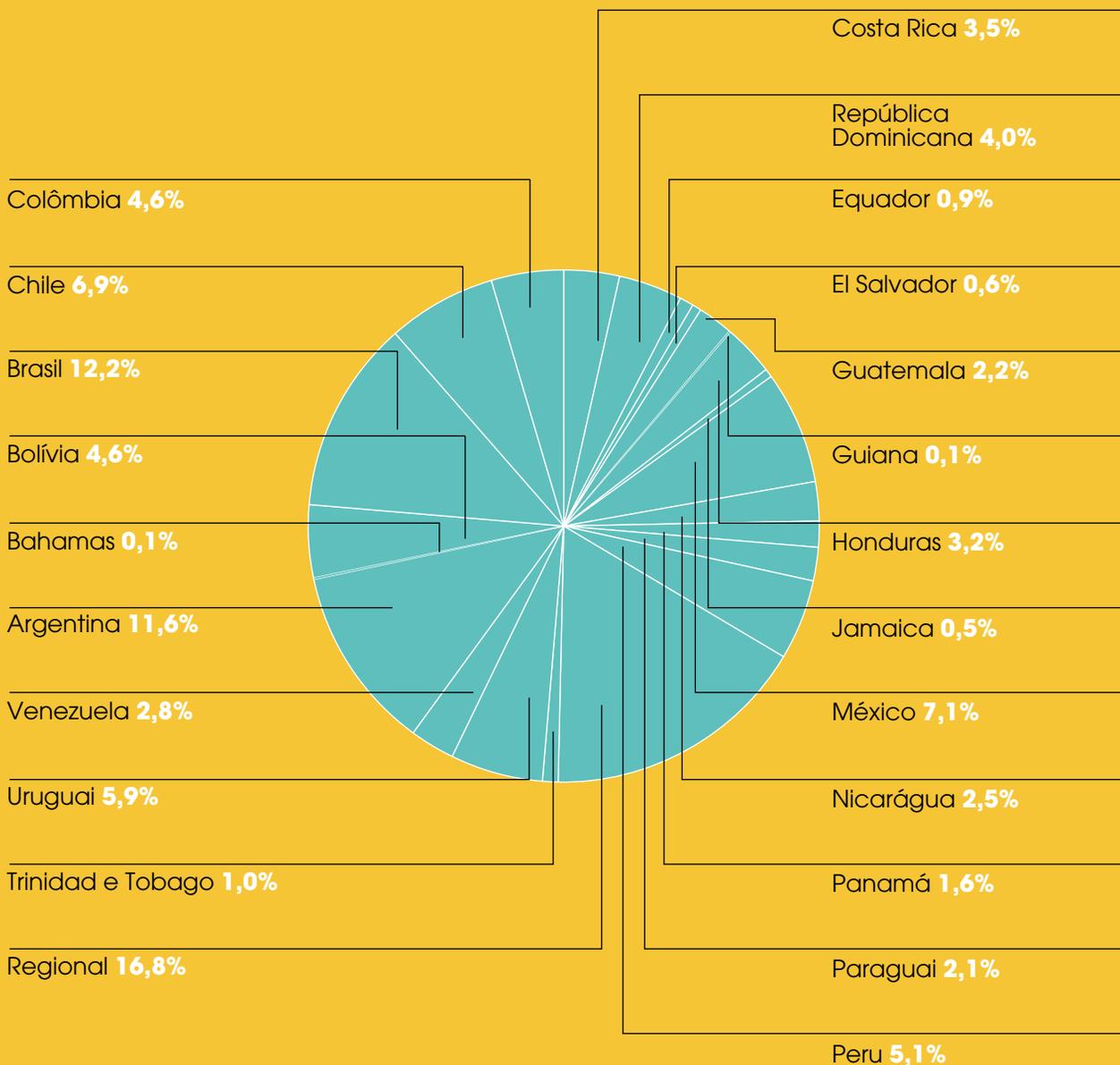
PAÍS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	Empréstimo da CII US\$	Investimento de capital da CII US\$	Custo do projeto US\$
	ximadamente 110 pequenos e médios projetos (US\$1,07 bilhões) serão financiados no setor de infraestrutura, dessa forma conseguindo um importante efeito multiplicador com relação aos financiamentos concedidos pela CII. Estima-se que, por intermédio da CIFI, a CII ajude a atender, indiretamente, a cerca de 2% das necessidades totais de investimentos em infra-estrutura de pequena e média escala na América Latina e no Caribe.			
Argentina e Chile	A Publicidad Sarmiento é agência de publicidade especializada em <i>outdoors</i> , que fornece estruturas úteis a governos municipais, tais como pontos de ônibus e cartazes informativos, e vende espaço publicitário nessas estruturas. O projeto abrange o início de operações da filiada chilena de Sarmiento, a expansão de suas atividades na Argentina e investimentos em sistemas de informação. Inclui também a plantação de árvores em áreas urbanas, a instalação de contêineres para a coleta de pilhas usadas, uma campanha de conscientização da necessidade de proteção ambiental e a instalação de <i>playgrounds</i> públicos. O projeto criará 13 empregos diretos.	\$6,5 milhões		\$13 milhões
Bolívia	A Maderera Boliviana Etienne S.A. , fabricante de portas e pisos de madeira, aumentará sua capacidade de produção e expandirá sua gama de produtos adquirindo uma área para o plantio de árvores a ser gerenciada de forma sustentável, construindo instalações de armazenamento e comprando fornos para secagem de madeira e maquinária para uso na fabricação de seus produtos e na serraria. O projeto também inclui a obtenção de certificado emitido pelo Forest Stewardship Council (FSC) para a área de plantio de árvores, serraria e fábrica de portas, permitindo que a empresa exporte seus produtos com o selo FSC, desde que use madeira certificada. Este componente do projeto contribui para a conservação dos recursos florestais, da biodiversidade e das bacias hidrográficas da Bolívia. O projeto da Maderera Boliviana, que dependerá, em grande parte, de matéria-prima e mão-de-obra locais, também gerará US\$7 milhões em exportações com elevado valor agregado para a Bolívia até 2005. Além disso, criará 230 empregos em áreas economicamente menos favorecidas da Bolívia.	\$3,5 milhões		\$7,3 milhões

Detalhamento, por setores, do financiamento líquido aprovado (em 31 de dezembro de 2001)



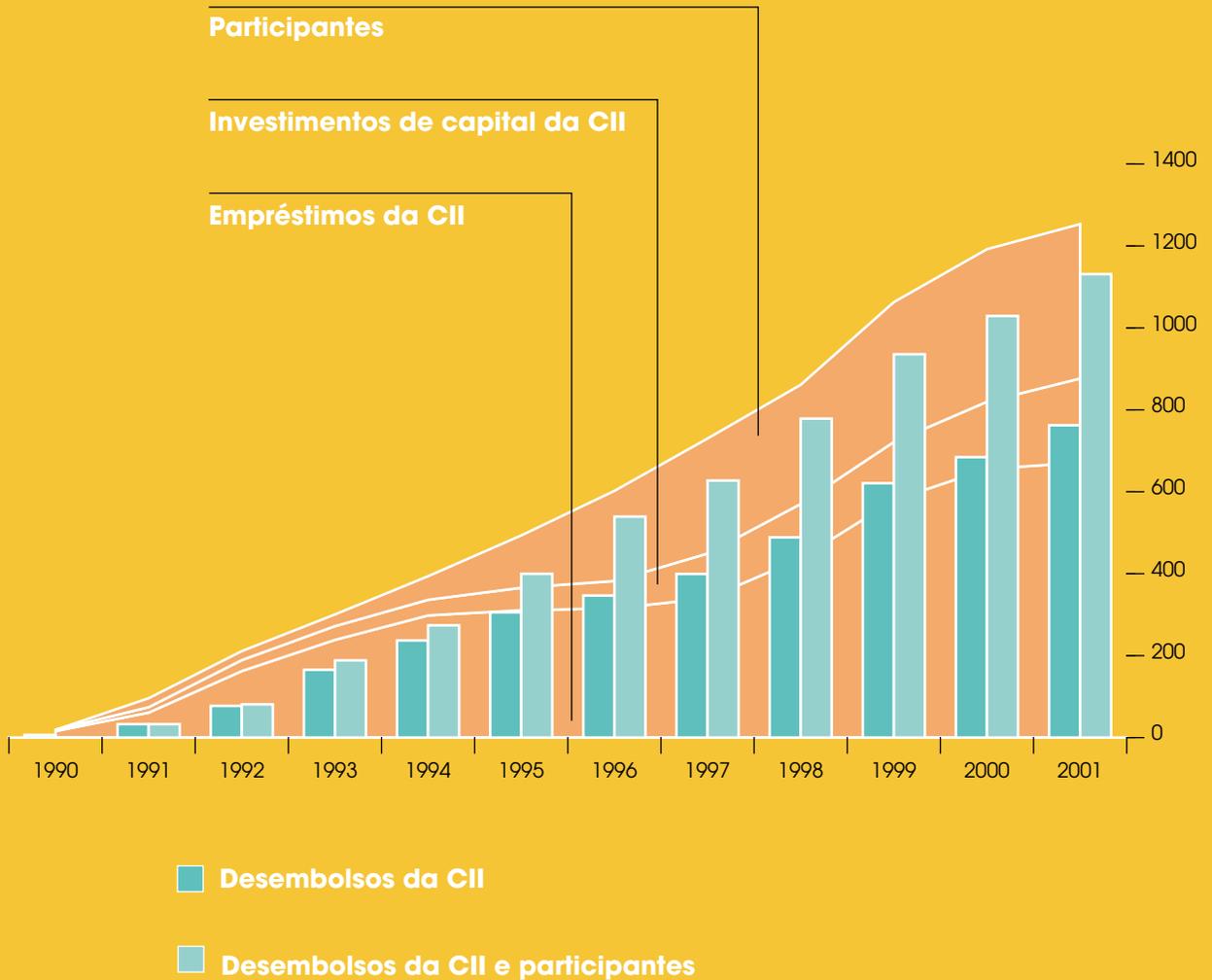
PAÍS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	Empréstimo da CII US\$	Investimento de capital da CII US\$	Custo do projeto US\$
Brasil	<p>O Banco Santos S.A. usará um empréstimo concedido pela CII para repasse para a concessão de empréstimos de médio e longo prazo a pequenas e médias empresas privadas do Brasil. Os subempréstimos – cada qual limitado a US\$3 milhões – serão usados para financiar bens de capital e/ou capital de giro de empresas com ativos totais não superiores a US\$25 milhões ou grupos de empresas com vendas líquidas totais não superiores a US\$50 milhões. Os beneficiários dos quase 20 subempréstimos serão empresas que atuam nos setores industrial, de serviços e comércio, sobretudo fornecedores de empresas multinacionais estabelecidas no Brasil. Esta operação da CII está em sintonia com a estratégia do Banco Interamericano de Desenvolvimento de promover os setores produtivos da economia brasileira mediante o estímulo do desenvolvimento de pequenas e médias empresas. Nesse processo, esta operação ajudará a criar até 200 empregos.</p> <p>A CII concedeu à Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária* e à Brazilian Securities Companhia de Securitização** linhas de crédito para a aquisição de obrigações de empréstimos garantidos por hipoteca, integralmente protegidos contra os riscos da variação cambial, garantidos pelas hipotecas subjacentes. Estes mecanismos permitirão que a Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária conceda empréstimos garantidos por imóvel residencial a proprietários individuais de imóveis residenciais e origine empréstimos garantidos por hipoteca. E permitirão que a Brazilian Securities Companhia de Securitização adquira maiores volumes de hipotecas para posterior securitização. Como resultado, as duas empresas terão a possibilidade de expandir ainda mais o mercado de títulos cotados garantidos por hipoteca nos mercados de capitais brasileiros, como um novo instrumento de investimento de longo prazo para investidores institucionais. As duas empresas atuarão sobretudo no segmento residencial de média a baixa renda, com valor imobiliário médio de US\$50.000. Ao ajudar a consolidar um mercado hipotecário secundário líquido no Brasil, o projeto melhorará a qualidade de vida de famílias de baixa e média renda, permitindo que adquiram uma moradia, se mudem para bairros melhores ou reformem a residência que já possuem.</p>	\$10 milhões		\$10 milhões
		*\$5 milhões **\$10 milhões		*\$15 milhões **\$25 milhões

Distribuição, por países, dos projetos aprovados (em 31 de dezembro de 2001)



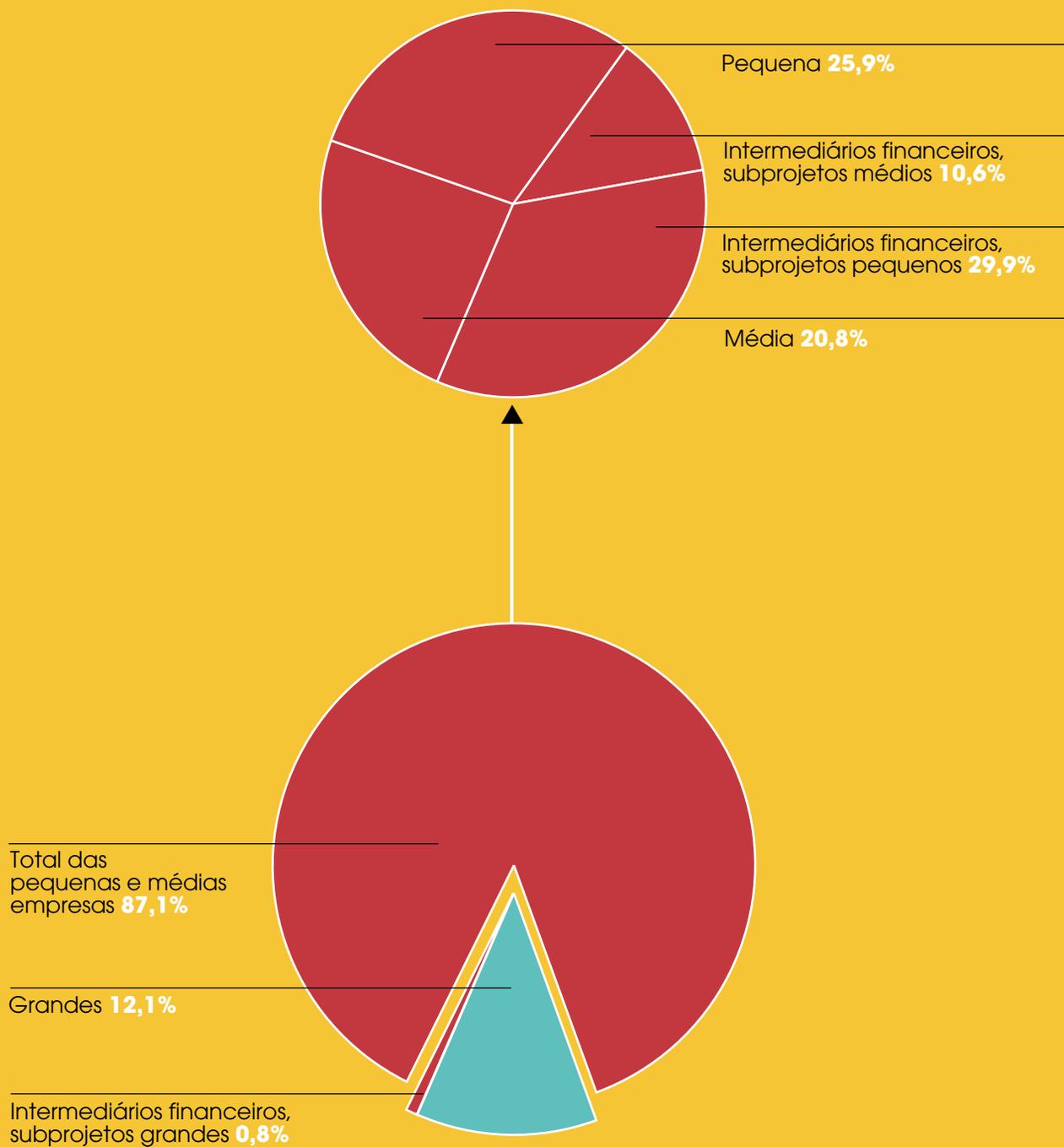
PAÍS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	Empréstimo da CII US\$	Investimento de capital da CII US\$	Custo do projeto US\$
	<p>A Fábrica de Papel Santa Therezinha é produtor privado e semi-integrado de lenços-de-papel e produtos especiais de papel leve que modernizará suas instalações fabris e passará a produzir produtos de higiene feminina, resultando numa mescla mais ampla de produtos. Também ampliará sua capacidade de reciclagem de papel usado (o financiamento da CII tem por objetivo, principalmente, este componente do projeto) e aprimorará o manuseio dos resíduos de papel usado na produção. Estima-se que esse projeto gere uma economia de consumo de celulose virgem da ordem de US\$2,8 milhões anualmente, graças à substituição por papel reciclado no processo de produção da empresa. Além de preservar os recursos naturais, o projeto criará 50 empregos permanentes além de empregos temporários, necessários durante a fase de implementação do projeto.</p>	\$10 milhões		\$23,6 milhões
	<p>A Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) oferece uma ampla gama de cursos em vários níveis educacionais desde a pré-escola, ensino de primeiro grau e ensino de segundo grau até programas de graduação e pós-graduação, diurnos e noturnos. O projeto apoiará a expansão da UNISUL, o que inclui construção, expansão e reabilitação de vários campi, a aquisição de terreno para futura expansão e construção de uma escola de primeiro grau, a atualização dos sistemas de informática e de informações administrativas e o refinanciamento da dívida de curto prazo. O empréstimo à UNISUL é a primeira atuação da CII em um projeto na área educacional. O projeto aumentará o número de matrículas de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, apoiando assim o plano nacional de educação do governo brasileiro, que procura aumentar os níveis de matrícula deste grupo dos atuais 11% para 30% nos próximos dez anos.</p>	\$6 milhões		\$42,3 milhões
Chile	<p>O Banco del Desarrollo atende a inúmeras pequenas, médias e microempresas do Chile. Também detém uma participação de 20% do mercado de financiamento de casas de baixo custo e é líder de mercado no financiamento da educação. Além de aumentar sua participação de mercado, o banco tem como meta desenvolver novos produtos para atender a microempresários e impulsionar seu desenvolvimento, firmar uma presença regional, manter a liderança conquistada no financiamento da construção de casas de baixo custo, tornar-se o banco líder no setor de educação e continuar sua atuação no setor socioeconômico de baixa renda, promovendo produtos inovadores relacionados com empréstimos e poupança.</p>		\$10 milhões	\$25 milhões

Carteira de projetos comprometidos, total acumulado
(em 31 de dezembro de 2001 - em milhões de US\$)



PAÍS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	Empréstimo da CII US\$	Investimento de capital da CII US\$	Custo do projeto US\$
	<p>A Invertec Pesquera é uma fazenda marinha verticalmente integrada que produz, sobretudo, salmão do Atlântico, salmão do Pacífico e truta na região de Chiloé, na parte sul do Chile. O projeto permitirá ampliar a capacidade de produção de salmão da Pesquera (de 20.000 para 35.000 toneladas/ano) além de aprimorar sua tecnologia, comercialização e gestão ambiental. Dessa forma, a empresa poderá atingir uma posição de liderança e permanecer competitiva em um mercado globalizado. Graças às suas vantagens comparativas, o Chile terá condições de se tornar o maior produtor mundial de salmão até o final desta década se os produtores tiverem acesso a financiamento adequado.</p>	\$4 milhões		\$25,2 milhões
Colômbia	<p>A Biofilm produz e vende polipropileno biaxialmente orientado, usado na indústria de embalagens flexíveis, sobretudo na embalagem de produtos alimentícios, mas também em fitas adesivas, etiquetas e outros produtos utilizados em artes gráficas. O projeto inclui a construção de uma nova linha de produção que permitirá à Biofilm aumentar em 75% a sua capacidade de produção. Essa capacidade de produção ampliada será usada sobretudo para suprir a demanda não atendida de produtos da Biofilm em mercados externos e para aumentar sua participação no mercado interno. O projeto Biofilm criará 40 empregos diretos e gerará um nível significativo de receita em divisas nos próximos anos.</p>	\$7 milhões		\$41 milhões
Colômbia e Equador	<p>A Comercializadora Internacional Falcon Farms de Colombia, S.A. e a Falcon Farms de Ecuador, S.A. são produtoras e exportadoras de flores. Planejam comprar terras, mudas de rosas e equipamento de irrigação, construir estufas e aprimorar sua aplicação agroquímica e suas práticas de gestão ambiental, o que inclui a obtenção do certificado ISO 14000 para sistemas de administração ambiental. O projeto permitirá que uma empresa local de médio porte com operações de plantação na Colômbia e no Equador aumente sua vantagem competitiva e a ajudará a enfrentar as grandes empresas de nível mundial que estão ingressando no mercado de flores. A indústria de flores é fundamental para outras indústrias, tais como as de plástico, cartolina, borracha, madeira, agroquímicos e transporte aéreo e terrestre. Caracteriza-se por ser uma indústria de mão-de-obra intensiva e estima-se que o projeto crie aproximadamente 700 empregos diretos na Colômbia e no Equador. O projeto Falcon Farms gerará um total de US\$37 milhões em divisas para a Colômbia e US\$32 milhões para o Equador.</p>	\$5 milhões		\$12 milhões

Classificação de desembolsos por tamanho de empresa (em 31 de dezembro de 2001)



PAÍS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	Empréstimo da CII US\$	Investimento de capital da CII US\$	Custo do projeto US\$
Equador	A CII aprovou um empréstimo para a Florícola Cananvale , uma bem sucedida exportadora de flores. O empréstimo financiou a expansão da produção de flores da empresa para exportação. O projeto introduziu uma tecnologia de resultados comprovados para aumentar a produção em uma extensa área de cultivo localizada 60 km ao norte de Quito. O empréstimo foi feito em parceria com a Latin American Agribusiness Development Corporation com base em um contrato de representação entre essa corporação e a CII, aprovado em 1999.	\$325.000		\$2,5 milhões
Nicarágua	A Café Soluble S.A. produz café solúvel com secagem por borrito, café torrado e em grãos, e cereais; também comercializa e distribui no mercado interno algumas marcas internacionais de produtos de consumo. Esta empresa transforma um artigo básico agrícola em produto exportável, com alto valor agregado. A fábrica da Café Soluble atualmente opera com plena capacidade. O projeto visa a modernizar a fábrica de processamento de café, reformando edifícios, aprimorando as condições ambientais e instalando uma unidade de tratamento de águas servidas e ainda modernizando e expandindo a fábrica de cereais. O projeto também aprimorará a gestão ambiental da empresa, elevando-a a padrões internacionais.	\$2,4 milhões		\$5,4 milhões
Paraguai	A Emprendimientos Hoteleros S.A. construirá o Four Point Sheraton Asunción Hotel, um hotel empresarial de dez andares e 125 apartamentos. As instalações incluirão um centro de convenções, um centro comercial, um restaurante, uma lanchonete, uma área de recreação e outras comodidades, todas construídas com estrita observância de normas internacionais de segurança. O projeto incluirá a transferência de <i>know-how</i> gerencial e operacional a cidadãos paraguaios; além disso, criará 90 empregos diretos e 270 indiretos.	\$3,6 milhões		\$12 milhões
Peru	A América Leasing S.A. usará um empréstimo concedido pela CII para fornecer financiamento a pequenas e médias empresas do Peru por meio de arrendamentos financeiros de médio e longo prazo. Geralmente essas empresas carecem de financiamento de longo prazo para modernizar suas instalações de produção ou expandir suas operações. Além de gerar valor agregado para o Peru à média de US\$1,3 milhões ao ano, esta operação aumentará em cerca de 25 o número de pequenas e médias empresas financiadas pela CII por meio de intermediários financeiros. A América Leasing deverá assegurar que as empresas arrendatárias atendam às normas da CII de proteção ambiental e padrões de trabalho.	\$5 milhões		

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO VOLTADO PARA O DESENVOLVIMENTO

PAÍS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	Empréstimo da CII US\$	Investimento de capital da CII US\$	Custo do projeto US\$
Uruguai	<p>O projeto Camino a las Sierras S.A. inclui a melhoria e operação de uma seção de 85 km da rodovia com cobrança de pedágio <i>Ruta 8</i> entre as cidades de Pando e Minas, no Uruguai. Os trabalhos incluirão a repavimentação de uma parte da rodovia, reparo de acostamentos, construção de passarela suspensa e de uma passagem de nível, com melhoria da iluminação e de placas de sinalização e reforço de uma ponte. A recuperação desta rodovia ajudará a melhorar o tráfego comercial e a segurança de trânsito entre o Uruguai e o Brasil, o principal parceiro comercial do Uruguai. A <i>Ruta 8</i> também é muito importante para a economia local, porque liga Montevideú a uma área importante na criação de gado e na silvicultura, bem como as principais áreas produtoras de arroz do país. O projeto criará cerca de 70 empregos durante a fase de reconstrução da rodovia e aproximadamente 30 empregos permanentes.</p>	\$4 milhões		\$10,8 milhões
	<p>A Carmitel S.A. restaurará, reformará e operará (mediante uma concessão de 30 anos) um hotel de propriedade da municipalidade e ponto de referência em Montevideú. O edifício foi declarado patrimônio histórico nacional em 1975, ou seja, sua fachada não poderá ser alterada durante o processo de restauração. Quando pronto, o hotel terá 118 apartamentos e demais comodidades, tudo de acordo com as normas internacionais de segurança para hotéis cinco estrelas. Durante dois anos, tempo previsto para a conclusão dos trabalhos de restauração e construção, o projeto proporcionará de 300 a 400 empregos temporários. Posteriormente, o hotel criará aproximadamente 97 empregos permanentes, bem como 290 empregos indiretos.</p>	\$6 milhões		\$18 milhões
Venezuela	<p>A Standard Seafood de Venezuela, C. A. é uma fazenda marinha de criação de camarões que desenvolveu uma metodologia para a criação de variedades de camarão ambientalmente adaptadas a águas com baixo teor de salinidade, permitindo à empresa operar viveiros de camarões ambientalmente sustentáveis. O projeto de aquacultura da Standard Seafood consiste na expansão das operações da Standard Seafood em resposta à crescente demanda por produtos de aquacultura; elaboração de um programa de biossegurança para tratar mais adequadamente a questão do risco de doenças e a produtividade total das incubadoras; e a construção de duas novas fábricas de processamento próximas à fazenda. O projeto dará apoio a um operador com liderança no setor de exportação não-tradicional, elevando a US\$67 milhões por ano, no prazo de 5 anos, a receita da empresa em divisas e gerando 628 empregos diretos e 200 indiretos.</p>	\$10 milhões		\$37,2 milhões

A CRISE ECONÔMICA E AS EMPRESAS PEQUENAS E MÉDIAS

A crise econômica mundial examinada mais detalhadamente em outra seção deste relatório anual poderia afetar de maneira desproporcionada as empresas pequenas e médias. A limitação do crédito, a diminuição das vendas locais e o declínio dos artigos exportados poderiam estender-se pelo setor, provocando perdas consideráveis de empregos e até falências de empresas. Esta seção do relatório anual da CII sumaria o efeito devastador que a crise econômica atual poderia exercer nas empresas pequenas e médias da América Latina e do Caribe e examina as medidas que podem ser tomadas para aliviar os pontos fracos e assim fortalecer o setor a longo prazo.

A crise

Os relatórios econômicos publicados no final de 2001 indicam declínios de produção, diminuição de lucros, abandono de planos de aquisição e uma recessão mundial que se aproxima. Estes indicadores não auguram nada de bom para as economias desenvolvidas e sugerem uma adversidade grave para as economias emergentes e os empresários da América Latina e do Caribe. Uma previsão tão desanimadora representa um desafio para as empresas grandes e fortemente capitalizadas com acesso a financiamento relativamente fácil. Poderia ser calamitoso para as empresas pequenas e médias às quais a CII visa a promover por força de seu mandato.

O período subsequente de incerteza e volatilidade econômica e a aversão prevista ao risco pesarão consideravelmente na pequena e média empresa da região. Geralmente os índices de crescimento diminuem e o desemprego aumenta com a diminuição dos níveis de produção e exportação. Se bem que as grandes empresas precisem de assistência para manter seu status quo ou proteger-se contra um declínio extremamente grave, as empresas pequenas e médias necessitarão de assistência simplesmente para sobreviver.

As empresas pequenas e médias serão as primeiras a serem afetadas pela deterioração econômica. Antes de tudo, expõem-se a um risco

maior, pois a sua tendência é concentrar-se somente em algumas atividades produtivas ou comerciais. E o seu acesso, algumas vezes tênue, ao financiamento em termos razoáveis, pode torná-las especialmente frágeis. Como as grandes empresas têm linhas de produtos amplas, a sua atividade econômica e rendimentos são diversificados. Porém as empresas pequenas e médias geralmente se especializam em alguns bens e serviços, ou seja, somente têm duas ou três fontes de receitas. Por conseguinte, quando uma empresa pequena ou média enfrenta dificuldades, é afetada de maneira considerável e deve tomar decisões com impacto sobre toda a empresa. As empresas grandes dis-

põem de muitas opções, porque a diversificação lhes permite isolar o problema, fortalecer as áreas de sucesso e compensar as perdas de um produto gerando mais receita de um outro. Obviamente, tais opções não estão disponíveis às empresas pequenas e médias.

A sua concentração natural em alguns produtos ou serviços pode tornar as empresas pequenas e médias especialmente vulneráveis durante crises econômicas, porque o declínio nas vendas poderia significar a perda de suas fontes de financiamento. A incerteza afugenta os investidores e mutuantes; inicialmente intimida os que comprometem os fundos de longo prazo e, se a situação não melhorar rapidamente, também os que os oferecem a curto prazo. Considerando-se as empresas pequenas e médias coletivamente, quais são as mais afetadas por tais circunstâncias? Depende do setor onde operam. Em conjunturas de crise, o consumo de artigos desnecessários ou de luxo diminui imediatamente. Portanto, qualquer empresa que produza bens intermediários para estes setores ou produtos finais desta natureza será afetada seriamente. Ao mesmo tempo, as empresas que produzem bens de primeira necessidade, tais como alimentos e bebidas, serão afetadas em menor escala. Porém, quando a crise é mundial, como ocorre no momento, cairá a demanda dos produtos regionais. As empresas pequenas e médias que produzem esses artigos básicos venderão menos, terão um rendimento menor, serão forçadas a reduzir custos e talvez até tenham de despedir uma grande parte da sua força de trabalho.

Queda dos preços dos produtos básicos

A região da América Latina e do Caribe é essencialmente produtora, usuária final e exportadora de muitos produtos básicos. Obviamente, o impacto da queda dos preços dos produtos básicos dependerá do fato de a empresa pequena e média ser produtora ou usuária das mesmas. Para as empresas produtoras, a queda dos preços dos produtos básicos reduzirá os rendimentos e os lucros, a menos que as reduções nos custos sejam implantadas rapidamente para compensar o declínio das vendas. E na América Latina, onde há uma margem mínima para absorver perdas, não só sofrem os empresários pequenos e médios, mas isto também afeta os milhares de trabalhadores e famílias que dependem dessas empresas.

O Banco Mundial prevê uma longa tendência desfavorável para os preços dos produtos básicos. Alguns exemplos específicos são apresentados a seguir.

Há dois anos tem-se notado um declínio no preço do **café**, um dos principais produtos básicos de exportação da região, exercendo enorme pressão sobre os cafeicultores. Os preços caíram logo após o excesso da oferta causado por melhores técnicas de cultivo e o rápido aumento da produção em alguns países. Em outubro de 2001 os preços de futuros do café atingiram o nível mais baixo em trinta anos. Com preços de mercado tão baixos, torna-se extremamente difícil para os cafeicultores produzir o café a preços razoáveis. Foram afetados de forma considerável os produtores pequenos e médios que geralmente têm custos de produção mais elevados.

Em 2001, as exportações de café na região diminuíram quase 10%, em parte devido a problemas com o cultivo e em parte devido a condições climáticas adversas. A baixa dos preços de mercado e os níveis mais baixos de exportação têm sido sentidos no mundo inteiro, porém são especialmente graves na América Latina que é responsável por 60% da produção mundial do café e onde o café constitui parte integral da economia e uma das maiores fontes de recursos de exportação da região.

É nesta área que as empresas pequenas e médias enfrentam grandes desafios, mas também têm muitas oportunidades. Alguns produtores já estão enfrentando este desafio, produzindo e comercializando o café como produto diferenciado em vez de simples produto básico. Um bom exemplo é a empresa nicaraguense Café Soluble S.A., beneficiária de um empréstimo aprovado este ano pela CII. Em vez de exportar café em grãos, a Café Soluble exporta produtos de café de alto valor agregado.

O preço do **açúcar** declinou em 2001, atingindo o índice mais baixo dos últimos 18 meses após um período de excesso de oferta. Recentes eventos climatológicos que ameaçam a redução da oferta poderão temporariamente aumentar o preço deste produto básico.

O **cobre** é outro importante produto básico de exportação; seus preços de futuros atingiram os índices mais baixos dos últimos 13 anos. A deterioração econômica simplesmente reduziu a demanda de arames e tubos e, por conseguinte, da sua principal matéria-prima. E, ao mesmo tempo em que os preços do cobre têm declinado de forma constante durante o ano, a demanda global reduzida continua a piorar as perspectivas deste produto básico.

O **petróleo**, um importante produto básico de exportação da região, alcançou o nível mais baixo nos últimos dois anos, devido ao excesso de produção e à estagnação ou queda na demanda causada por temperaturas elevadas e a desaceleração da produção econômica. A demanda mundial de petróleo está crescendo à taxa mais lenta em quase duas décadas e as previsões de curto prazo são igualmente desanimadoras. Nos níveis atuais de produção e inventários globais, existe o risco de que os preços possam cair abruptamente igualando os níveis registrados no final de 1998 de cerca de US\$10 por barril.

Os produtores de petróleo são geralmente empresas grandes e as empresas pequenas e médias poderão na realidade beneficiar-se com a diminuição do preço deste produto como insumo para os seus próprios processos de produção. Entretanto, a redução das receitas de exportação de petróleo poderia causar desequilíbrios internos e externos nos países produtores de petróleo, agravando o ambiente econômico que afeta as empresas pequenas e médias de maneira desproporcional. Isto se aplicaria de modo especial às empresas pequenas e médias que fornecem bens e serviços à indústria do petróleo.

Diminuição das exportações

As economias da região que dependem do comércio certamente continuarão a sofrer os efeitos da deterioração acentuada da economia global. Os países mais afetados serão aqueles que dependem da exportação. A ameaça de um prolongado declínio econômico na economia dos Estados Unidos está reduzindo a demanda de produtos básicos e de outros produtos de exportação tão vitais às economias da América Latina e do Caribe. A diminuição das exportações e a demanda reduzida dos próprios consumidores na região poderão desacelerar o crescimento regional econômico indistintamente.

Declínio das receitas de turismo

A crise econômica global, juntamente com os acontecimentos inquietantes do final de 2001, prejudicou muito o turismo. De acordo com o Banco Mundial, 50% das viagens planejadas ao Caribe foram canceladas no último trimestre de 2001. Os índices de ocupação nos hotéis da região caíram cerca de 30%. Sem dúvida o setor reagirá, porém isto levará tempo. Em face da diminuição de suas receitas, os empresários turísticos da América Latina e no Caribe terão de identificar e implantar reduções de custos.

Escassez de capital, crédito e investimento estrangeiro direto

Os investimentos de longo prazo por parte das empresas estrangeiras na América Latina sofreram uma redução de 21% em 2000 e decresceram algo como 10% durante 2001 devido à incerteza acerca da economia da região e à desaceleração global. O mercado de crédito permanece aberto na maioria dos países, especialmente para os bancos e empresas importantes, porém o crédito disponível para as empresas menores é muito escasso e às vezes inexistente.

Resoluções imediatas e de longo prazo

As empresas pequenas e médias podem adaptar-se. Seus gastos gerais são geralmente mais baixos do que os das empresas grandes porque têm menos níveis de gerenciamento. Elas podem aproveitar os fatores de produção locais e fomentar o espírito empresarial interno.

Tendo em vista o declínio dos volumes de exportação e a queda dos preços dos produtos básicos, os empresários da América Latina e do Caribe devem agir com rapidez para salvaguardar a rentabilidade. A sua flexibilidade comprovada pode

permitir-lhes implantar técnicas de redução de custos, reformular processos de produção, identificar e comercializar produtos diferenciados e ampliar a sua clientela para compensar os declínios. Os empresários da região podem também alavancar a sua proximidade aos clientes e fornecedores, vantagem de que não gozam os produtores estrangeiros. Como exemplo, eles podem buscar economias de escala por meio da integração vertical. Um bom exemplo seria a empresa chilena Invertec Pesquera, que recebeu um empréstimo da CII este ano.

Os empréstimos e os investimentos de capital diretos ou indiretos da Corporação Interamericana de Investimentos podem ajudar a financiar medidas deste tipo. Porém, a um prazo mais longo, as empresas pequenas e médias necessitam de um ambiente que lhes permita um funcionamento eficiente e eficaz que as torne menos vulneráveis às crises econômicas. Desta maneira, as instituições de desenvolvimento devem concentrar-se em fortalecer os mercados da região e em outros objetivos de longo prazo. Entre esses objetivos figuram:

- ajudar a aumentar os investimentos na educação e na assistência médica, a fim de desenvolver e proteger o capital humano local e reduzir a pobreza
- melhorar o acesso ao financiamento, especialmente sob a forma de capital, e serviços de intermediação financeira para a pequena e média empresa
- trabalhar em prol de ambientes reguladores abertos e transparentes
- desenvolver mercados de capital eficientes e regulamentados.

Estes objetivos fazem parte do plano operativo atual da CII. Representam também questões-chave que precisam ser abordadas, não só para ajudar as empresas pequenas e médias da região a superar a crise atual, mas também – e o que de certa forma é mais importante – fazer o setor, como um todo, se fortalecer para enfrentar os novos desafios futuros.

A FORMA COMO UMA ECONOMIA E SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES (INVESTIDORES, FINANCIADORES, EMPRESAS E O PÚBLICO EM GERAL) ENFRENTAM UMA CONJUNTURA ECONÔMICA ADVERSA TEM MUITO A VER COM O CLIMA SUBJACENTE DE CONFIANÇA. É mais provável que todos esses participantes retirem seu apoio – dessa forma exacerbando a crise ou retardando a recuperação – caso sintam que seus interesses não estão protegidos. De acordo com estudo realizado pelo professor Florencio López-de-Silanes, da Yale University, comissionado pela CII: “Na ausência de um bom ambiente jurídico, os financistas mostram-se relutantes em oferecer recursos em troca de títulos e, portanto, o alcance dos mercados de capital torna-se limitado. Especificamente ... instituições jurídicas inconsistentes resultam em altos níveis de concentração acionária, escassa disponibilidade de financiamento pelo capital externo, mercados de capital estreitos e mercados de dívida reduzidos”.

Algumas das áreas nas quais a região precisa melhorar para proporcionar um ambiente mais estável e atraente para os investidores são:

- a proteção jurídica de investidores – entre eles, os acionistas minoritários – bem como de direitos de credores, os quais ajudam a assegurar a disponibilidade de financiamento e a amplitude e capacidade de recuperação dos mercados de dívida e de capital
- a aplicação de leis e regulamentações por parte de tribunais e reguladores de mercado, incluída aqui a qualidade das normas contábeis, legislação societária, legislação aplicável a títulos e legislação relativa a concordata e falência.

Essas áreas podem ser classificadas na categoria geral de governança. De acordo com o Sr. López-de-Silanes, “uma análise transnacional deixa claro que o aprimoramento da governança deveria ocupar lugar prioritário na agenda de política da América Latina”.

Operações aprovadas em 2001 (em milhões de US\$ - exceto criação de empregos)

País	Projeto	Setor	Empréstimo	Capital	Total	Custo original do projeto	Valor agregado anual	Geração anual de divisas	Criação de empregos
Argentina	PUBLICIDAD SARMIENTO	Outros serviços	6,5		6,5	13,0	9,3		13
Bolívia	MADERERA BOLIVIANA ETIENNE S.A.	Fabricação de móveis	3,5		3,5	7,3	7,0	8,9	230
Brasil	FABRICA DE PAPEL SANTA T HERZINHA S.A.	Produtos de papel	10,0		10,0	23,6	7,8		50
Brasil	BANCO SANTOS	Banco múltiplo	10,0		10,0	10,0	8,0	2,6	150
Brasil	BRAZILIAN SECURITIES II	Mercado de capital	10,0		10,0	25,0	9,4		15.360
Brasil	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	Educação	6,0		6,0	42,3	15,4		725
Brazil	BRAZILIAN MORTGAGES II	Mercado de capital	5,0		5,0	15,0	9,4		15.360
Chile	INVERTEC PESQUERA II	Criação de peixes e aquacultura	4,0		4,0	25,2	37,4	43,4	1.115
Chile	BANCO DEL DESARROLLO EQUITY INVESTMENT	Banco múltiplo		10,0	10,0	25,0	2,7		
Colômbia	FALCON FARMS	Produção e embalagem de flores	5,0		5,0	12,0	12,5	11,5	700
Colômbia	BIOFILM	Químicos & Farmacêuticos	7,0		7,0	41,0	27,9	26,7	40
Nicarágua	CAFE SOLUBLE	Indústria agropecuária/ Agricultura	2,4		2,4	5,4	2,3	0,9	
Paraguai	EMPRENDIMIENTOS HOTELEROS, S.A.	Hotéis e restaurantes; lazer e atividades culturais e recreação	3,6		3,6	12,0	5,4	5,0	360
Peru	AMERICA LEASING	Companhias de arrendamento	5,0		5,0		1,3	0,8	
Regional	CORI CAPITAL PARTNERS, LP PRIVATE EQUITY	Fundo de investimento privado		10	10,0	300,0	14,4	3,6	150
Regional	INTER-AMERICAN CORPORATION FOR INFRASTRUCTURE FINANCE	Instituição financeira não-regulamentada		10	10,0	50,0	220,0		3.300
Uruguai	CARRASCO MARRIOT HOTEL	Hotéis e restaurantes; lazer e atividades culturais e recreação	6,0		6,0	18,0	9,1	8,3	387
Uruguai	CAMINO A LAS SIERRAS, S.A.	Transportes	4,0		4,0	10,8	3,8		100
Venezuela	STANDARD SEAFOOD	Criação de peixes e aquacultura	10,0		10,0	37,2	26,6	40,3	828
		Total	98,0	30,0	128,0	672,9	429,7	152,0	38.868

Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados*

(em 31 de dezembro de 2001 - em milhões de US\$)

País	Número de projetos	MONTANTES BRUTOS APROVADOS			MONTANTES LIQUIDOS COMPROMETIDOS			MONTANTES DESEMBOLSADOS		
		Empréstimos	Capital	Empréstimos e capital	Empréstimos	Capital	Empréstimos e capital	Empréstimos	Capital	Empréstimos e capital
Argentina	27	143,7	11,0	154,7	111,8	8,8	120,6	111,0	8,8	119,8
Bahamas	2	6,0	0,0	6,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
Barbados	1	0,0	4,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bolívia	12	52,6	1,9	54,5	42,8	1,3	44,1	42,8	1,3	44,1
Brasil	26	143,3	18,5	161,8	82,7	13,0	95,7	73,0	13,0	86,0
Chile	15	53,3	30,3	83,7	33,3	24,1	57,5	30,9	18,3	49,2
Colômbia	14	63,2	12,9	76,0	33,0	9,5	42,5	30,0	9,5	39,5
Costa Rica	9	43,7	1,5	45,2	36,0	0,5	36,5	36,0	0,5	36,5
El Salvador	3	4,0	4,5	8,5	4,0	2,0	6,0	4,0	2,0	6,0
Equador	9	31,3	2,5	33,8	7,3	1,8	9,1	7,3	1,8	9,1
Guatemala	8	46,1	0,5	46,6	23,1	0,0	23,1	18,9	0,0	18,9
Guiana	2	3,3	0,0	3,3	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0	0,8
Haiti	1	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Honduras	10	50,9	1,0	51,9	33,6	0,0	33,6	24,1	0,0	24,1
Jamaica	6	19,3	1,5	20,8	5,6	0,0	5,6	5,6	0,0	5,6
México	24	87,0	45,3	132,2	46,8	27,3	74,1	37,7	18,6	56,3
Nicarágua	8	28,8	1,4	30,2	24,8	0,9	25,7	19,3	0,9	20,2
Panamá	4	17,0	0,0	17,0	17,0	0,0	17,0	17,0	0,0	17,0
Paraguai	6	25,6	0,0	25,6	18,3	0,0	18,3	18,3	0,0	18,3
Peru	17	90,5	10,8	101,3	43,3	4,5	47,8	43,3	4,5	47,8
Regional	26	58,2	144,0	202,2	15,0	105,0	120,0	5,3	64,2	69,5
República Dominicana	8	50,6	0,0	50,6	26,9	0,0	26,9	26,9	0,0	26,9
Trinidad e Tobago	4	17,5	2,8	20,3	9,6	0,6	10,2	9,6	0,6	10,2
Uruguai	12	55,1	6,2	61,3	34,7	6,0	40,8	30,0	6,0	36,1
Venezuela	10	51,8	4,7	56,5	19,5	0,0	19,5	19,5	0,0	19,5
	264	\$1.143,6	\$305,3	\$1.449,0	\$671,0	\$205,4	\$876,4	\$612,2	\$150,2	\$762,4

*Inclui as operações sob as linhas de agência

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

Nota

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português dos textos em inglês e espanhol. As demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação, cujo relatório sobre o exame efetuado e respectivo parecer são encontrados nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

Balanço geral

31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$)

	2001	2000
ATIVO		
Caixa	\$ 3.576	\$ 1.782
Títulos Negociáveis.....	50.436	62.312
Empréstimos e Investimentos de Capital		
Investimentos na forma de empréstimos	279.755	269.644
Menos provisão para perdas	(30.421)	(24.409)
	<u>249.334</u>	<u>245.235</u>
Investimentos de capital	101.072	93.709
Menos provisão para perdas	(27.032)	(15.961)
	<u>74.040</u>	<u>77.748</u>
Total de Investimentos	<u>323.374</u>	<u>322.983</u>
Contas a Receber e Outros Ativos	4.062	7.105
Total de Ativos	<u>\$ 381.448</u>	<u>\$ 394.182</u>
PASSIVO E CAPITAL		
Contas a Pagar e Outros Passivos	\$ 6.319	\$ 3.381
Juros e Comissões de Compromisso a Pagar	24	1.517
Empréstimos	105.000	160.000
Total do Passivo	<u>111.343</u>	<u>164.898</u>
Capital		
Autorizado: 70.370 ações (valor nominal US\$10.000)		
Ações subscritas	681.910	662.040
Menos subscrições a receber.....	(401.885)	(438.165)
	<u>280.025</u>	<u>223.875</u>
(Déficit) Lucros Retidos.....	(9.920)	5.409
Total do Passivo e Capital.....	<u>\$ 381.448</u>	<u>\$ 394.182</u>

As notas anexas constituem partes integrantes destas demonstrações financeiras.

Demonstrações da receita e dos lucros retidos

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$)

	2001	2000
RECEITA		
Títulos negociáveis	\$ 2.873	\$ 3.306
Investimentos na forma de empréstimos		
Juros.....	20.373	24.579
Comissões de compromisso.....	477	553
Comissões de abertura.....	476	529
Outras receitas de empréstimos.....	766	473
	<u>22.092</u>	<u>26.134</u>
Investimentos de capital		
Ganhos pela venda de investimentos de capital.....	2.081	505
Dividendos.....	1.261	918
Outras rendas geradas por investimentos de capital.....	80	121
	<u>3.422</u>	<u>1.544</u>
Serviços de assessoramento, co-financiamento e outras receitas.....	3.138	3.222
	<u>31.525</u>	<u>34.206</u>
DESPESAS		
Despesas administrativas	14.103	13.239
Provisão para perdas em investimentos na forma de empréstimos e capital	25.511	9.848
Perda não realizada em instrumentos derivados.....	619	—
Despesas de empréstimos	6.621	10.529
	<u>46.854</u>	<u>33.616</u>
(PERDA) RECEITA LÍQUIDA	(15.329)	590
LUCROS RETIDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO.....	5.409	4.819
(DÉFICIT) LUCROS RETIDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>\$(9.920)</u>	<u>\$ 5.409</u>

As notas anexas constituem partes integrantes destas demonstrações financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$)

	2001	2000
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos.....	\$ (62.447)	\$ (51.034)
Desembolsos de capital	(15.333)	(13.516)
Pagamentos de amortização de empréstimos.....	47.105	44.257
Vendas de investimentos de capital	2.542	3.459
Retorno do capital proveniente de investimentos de capital	2.330	326
Receita proveniente de ativos recuperados.....	416	1.869
Líquido de caixa usado em atividades de investimento	<u>(25.387)</u>	<u>(14.639)</u>
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Desembolso de empréstimos obtidos	90.000	80.000
Pagamentos de amortização de empréstimos obtidos.....	(145.000)	(70.000)
Subscrições de capital.....	56.150	20.620
Líquido de caixa proveniente de atividades de financiamento	<u>1.150</u>	<u>30.620</u>
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DE OPERAÇÕES		
(Perda) receita líquida	(15.329)	590
Títulos negociáveis:		
Aquisições.....	(2.562.370)	(1.790.957)
Vendas, vencimentos e liquidações	2.574.352	1.761.300
	11.982	(29.657)
Ajustes para conciliar a receita líquida com o líquido de caixa proveniente de (usado em) operações:		
Provisão para perdas em investimentos na forma de empréstimos e capital....	25.511	9.848
Variação em contas a receber e outros ativos.....	3.043	(368)
Variação em contas a pagar e outros passivos.....	2.938	1.126
Variação em juros e comissões de compromisso a pagar.....	(1.493)	697
Lucros não realizados em títulos garantidos por hipotecas.....	(515)	—
Lucros não realizados em títulos negociáveis	(106)	(57)
	29.378	11.246
Líquido de caixa proveniente de (usado em) operações	<u>26.031</u>	<u>(17.821)</u>
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa.....	1.794	(1.840)
Saldo de caixa no início do exercício.....	1.782	3.622
Saldo de caixa no final do exercício.....	<u>\$ 3.576</u>	<u>\$ 1.782</u>
Declaração adicional		
Juros pagos durante o exercício	\$ 7.977	\$ 9.768

As notas anexas constituem partes integrantes destas demonstrações financeiras.

PROPÓSITO

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), organização multilateral, foi criada em 1986. É membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID), que também inclui o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). A Corporação começou a operar em 1989 com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos mediante o financiamento de empresas de pequeno e médio porte. A Corporação, juntamente com investidores privados, realiza esta missão concedendo empréstimos e fazendo investimentos de capital onde não houver capital privado suficiente em termos razoáveis, mobilizando o financiamento adicional para projetos junto a outros investidores e mutuantes por meio de co-financiamento ou consorciação e prestando serviços financeiros e assessoramento técnico. A Corporação recebe o seu capital acionário de seus países membros, opera exclusivamente em dólares dos Estados Unidos e limita as suas atividades operacionais a seus 26 países membros regionais.

Nota A - Resumo das políticas contábeis relevantes e políticas conexas

As políticas de contabilidade e de informação financeira da Corporação seguem princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP).

USO DE ESTIMATIVAS

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos requer que a administração efetue estimativas e presunções que têm efeitos sobre os valores do ativo e passivo divulgados, a informação de ativo e passivo contingentes na data da emissão das demonstrações financeiras e os valores divulgados relativos à receita e às despesas durante o período. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas. Exerceu-se um grau significativo de julgamento ao determinar a adequação da reserva para perdas em empréstimos e investimentos de capital e os valores justos de todos os instrumentos derivados. Há riscos e incertezas inerentes às operações da Corporação. Existe a possibilidade de que mudanças nas condições econômicas possam ter efeito adverso sobre a posição financeira da Corporação.

EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os empréstimos e investimentos de capital são comprometidos ao ser assinado o contrato de empréstimo ou investimento e são registrados como ativos ao serem desembolsados. Os investimentos na forma de empréstimos são contabilizados com base nos totais do principal cuja amortização esteja pendente, ajustado para provisão contra perdas. A praxe da Corporação é obter garantias tais como – mas não limitadas a – hipotecas ou garantias de terceiros. Os investimentos de capital cujo valor de mercado não seja de fácil determinação são contabilizados inicialmente ao valor de custo. Esse montante contabilizado, conforme descrito a seguir, é periodicamente revisto e ajustado para compensar reduções. Ocasionalmente, a Corporação celebra contratos com opção de venda em conexão com investimentos de capital.

A Corporação considera que um empréstimo é minorado quando, com base em informação e eventos correntes, se torna provável que a totalidade do montante pendente seja incobrável nos termos do respectivo contrato de empréstimo. A provisão para perdas provenientes de empréstimos

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

minorados representa o julgamento da administração com relação ao valor atual de futuros fluxos de caixa previstos, descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo.

PROVISÃO PARA PERDAS PROVENIENTES DE EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS DE CAPITAL

A Corporação segue a política de verificar periodicamente e classificar o risco de todos os empréstimos e investimentos de capital, bem como de definir uma provisão com base nessa revisão. O julgamento da administração baseia-se nas classificações de risco e no desempenho de cada investimento individual, no tamanho e diversidade da carteira da Corporação, na situação econômica e em outros fatores que a administração considere significativos. O cálculo da provisão para perdas inclui o valor estimado das garantias e outras fontes potenciais de fluxo de caixa. A provisão para perdas é estabelecida mediante ônus periódicos sobre a receita sob a forma de provisão para perdas em investimentos. A eliminação contábil de investimentos e as recuperações subseqüentes são registradas por meio da conta de provisão. A provisão para perdas é mantida num nível que, a juízo da administração, é adequado para absorver perdas estimadas na carteira de empréstimos e investimentos de capital e reflete adequadamente o risco de perda na carteira da Corporação.

RECONHECIMENTO DE RECEITAS PROVENIENTES DE EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os juros e todas as comissões, exceto comissões de abertura, são reconhecidos como receitas quando recebidos. As comissões de abertura e custos diretos incrementais associados com o processamento de empréstimos são reconhecidos quando ocorrerem, uma vez que o montante líquido dos mesmos não se considera importante. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja arrecadação seja duvidosa ou quando o pagamento de juros ou principal estiverem em mora mais de 90 dias. Nos termos dessa política de não reconhecimento de receitas em caso de atraso de pagamento, os empréstimos podem ser classificados como improdutivos mesmo quando não correspondem à definição de empréstimos improdutivos. Os juros acumulados sobre um empréstimo classificado como improdutivo são estornados da receita e somente reconhecidos posteriormente como receita quando forem recebidos e a administração considerar que o mutuário demonstrou ter capacidade de fazer pagamentos periódicos dos juros e do principal. Os juros não previamente reconhecidos mas capitalizados como parte de uma reestruturação da dívida são contabilizados como receitas diferidas e creditados como receita somente quando for recebido o principal respectivo.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Como parte da sua estratégia global de gestão da carteira, a Corporação investe em obrigações de governos e de órgãos públicos, depósitos a prazo e títulos lastreados em ativos de acordo com as políticas da Corporação em matéria de risco crédito e duração. As obrigações de governos e de órgãos públicos incluem títulos de taxa fixa altamente cotados, certificados, letras e outras obrigações emitidas ou garantidas incondicionalmente por governos de países ou outras entidades oficiais, inclusive órgãos públicos. A carteira de títulos negociáveis da Corporação é classificada como investimento a curto prazo e contabilizada ao seu valor de mercado. As mudanças que ocorrerem no seu valor justo, bem como os lucros ou perdas realizados, são incluídos nas receitas de títulos negociáveis. Juros e dividendos sobre títulos e amortização de prêmios e acréscimo de descontos são divulgados na receita proveniente de títulos negociáveis.

ATIVOS FIXOS

A depreciação dos ativos fixos da Corporação é feita pelo método linear durante a vida útil prevista dos ativos, a qual varia de três a sete anos. Os custos de desenvolvimento de software para uso interno são capitalizados e amortizados durante a vida útil do software.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

VALORES JUSTOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Declaração sobre Normas de Contabilidade Financeira No. 107, *Divulgação do valor justo de instrumentos financeiros* (SFAS No. 107), exige que as entidades divulguem informações relativas ao valor justo estimado de seus respectivos instrumentos financeiros, tenham ou não tais valores sido reconhecidos no balanço geral.

No caso de muitos dos instrumentos financeiros da Corporação não é viável estimar o valor justo e, portanto, nos termos da norma SFAS No 107, são fornecidas informações adicionais concernentes à estimativa do valor justo, tais como o montante contabilizado, a taxa de juros e o prazo de vencimento.

Para estimar o valor justo de instrumentos financeiros da Corporação, a administração usou os seguintes métodos e premissas:

Caixa: O montante contabilizado registrado no balanço geral aproxima-se do valor justo.

Títulos negociáveis: O valor justo dos títulos negociáveis baseia-se em preços cotados no mercado. Ver a Nota B.

Investimentos em forma de empréstimos: A Corporação fornece financiamento especializado a empresas de pequeno e médio porte que operam em países membros em desenvolvimento. Não há um mercado secundário comparável para esse tipo de empréstimos. No caso da maioria dos empréstimos e dos compromissos com eles relacionados, a administração considera que a natureza especial das operações de crédito da Corporação e a falta de um mercado secundário estabelecido tornam inviável, no momento, o cálculo estimado do valor justo da sua carteira de empréstimos. Ver a Nota C.

Investimentos de capital: A Corporação compra ações de capital de empresas privadas pequenas e médias da América Latina e do Caribe. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, não sendo também viáveis outros métodos de avaliação. Ver a Nota C.

Empréstimos obtidos: O montante contabilizado registrado no balanço geral sob a rubrica de empréstimos obtidos aproxima-se do valor justo. Ver a Nota F.

NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE E INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Em setembro de 2000, a FASB emitiu a SFAS No. 140 *Contabilização de Transferências e Serviço de Ativos Financeiros e Eliminação de Passivos - em substituição à SFAS No. 125*. A SFAS No. 140 emenda as normas de contabilidade de securitizações, de outras transferências de ativos financeiros e garantias reais. A SFAS No. 140 exige outras divulgações adicionais, porém conservou a maioria das provisões da SFAS No. 125 sem reconsideração. De um modo geral, as novas provisões desta norma entraram em vigor em 31 de março de 2001. A adoção das provisões desta norma não teve um efeito importante na Corporação.

GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS DERIVADOS

A Corporação realiza transações que compreendem vários instrumentos derivados tendo em vista o gerenciamento de riscos. Estes derivados foram criados para minimizar os riscos com as taxas de juros e as divisas referentes a certos investimentos. De acordo com a Declaração sobre Normas de Contabilidade Financeira No. 133, *Contabilização dos Instrumentos Derivados e Atividades de Salvaguarda*, segundo emendada, a Corporação atribui preços de mercado a esses derivados e os registra como ativos e/ou passivos na data do balanço geral, com ganhos e perdas não realizados refletidos nos lucros.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

Nota B - Títulos negociáveis

Composição dos títulos negociáveis em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$):

	2001	2000
Obrigações do governo e de órgãos públicos.....	\$ 20.679	\$ 26.282
Títulos lastreados em ativos	22.673	22.959
Títulos de empresas privadas	7.084	13.071
	<u>\$ 50.436</u>	<u>\$ 62.312</u>

A composição da receita líquida proveniente de títulos comercializáveis em 31 de dezembro de 2001 e 2000 era (em milhares de US\$):

	2001	2000
Rendas financeiras	\$ 2.922	\$ 3.242
Lucros não realizados.....	106	7
(Perdas) lucros realizados	(155)	57
TOTAL.....	<u>\$ 2.873</u>	<u>\$ 3.306</u>

Nota C - Investimentos em forma de empréstimos e de capital

A Corporação monitora as suas carteiras ativas de empréstimos e investimentos de capital no tocante à concentração geográfica do risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2001, entre os países com o maior risco de crédito agregado à Corporação figuravam a Argentina, o Brasil e a Bolívia.

A distribuição da carteira de empréstimos e investimentos de capital desembolsados, por país e por setor em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$) é a seguinte:

	2001			2000		
	EMPRÉSTIMO	CAPITAL	TOTAL	EMPRÉSTIMO	CAPITAL	TOTAL
Região	\$ 3.170	\$ 56.240	\$ 59.410	\$ 4.905	\$ 52.609	\$ 57.514
Argentina	55.121	2.000	57.121	66.248	4.999	71.247
Brasil	25.693	9.285	34.978	18.844	9.425	28.269
Bolívia	26.200	—	26.200	30.391	—	30.391
México.....	12.529	13.100	25.629	2.013	12.120	14.133
Chile.....	12.375	12.974	25.349	11.190	6.000	17.190
Costa Rica	22.168	—	22.168	18.770	—	18.770
República Dominicana.....	17.072	—	17.072	10.003	—	10.003
Peru.....	17.029	—	17.029	21.710	—	21.710
Honduras.....	15.932	—	15.932	14.603	—	14.603
Guatemala	15.146	—	15.146	13.240	—	13.240
Nicarágua.....	12.762	400	13.162	11.160	400	11.560
Paraguai.....	11.111	—	11.111	12.726	—	12.726
Venezuela.....	9.833	—	9.833	11.361	—	11.361
Panamá	9.314	—	9.314	10.145	—	10.145
Colômbia	4.000	3.429	7.429	363	4.169	4.532
Uruguai.....	5.172	1.046	6.218	3.850	1.389	5.239
Trinidad e Tobago.....	3.476	598	4.074	5.390	598	5.988
El Salvador	—	2.000	2.000	727	2.000	2.727
Equador.....	1.252	—	1.252	1.445	—	1.445
Bahamas	400	—	400	560	—	560
TOTAL.....	<u>\$279.755</u>	<u>\$101.072</u>	<u>\$380.827</u>	<u>\$269.644</u>	<u>\$93.709</u>	<u>\$363.353</u>

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

	2001			2000		
	EMPRÉSTIMO	CAPITAL	TOTAL	EMPRÉSTIMO	CAPITAL	TOTAL
Serviços financeiros	\$145.048	\$ 10.486	\$155.534	\$132.104	\$ 6.052	\$138.156
Fundos de capital de risco.....	—	82.436	82.436	—	75.257	75.257
Manufatura.....	39.811	2.000	41.811	43.653	2.000	45.653
Transporte, armazenagem e comunicações.....	27.277	—	27.277	17.059	—	17.059
Serviços públicos.....	18.471	—	18.471	21.111	—	21.111
Turismo.....	16.774	—	16.774	19.746	—	19.746
Agro-indústria, agricultura	13.634	2.000	15.634	15.144	2.000	17.144
Indústria da pesca.....	3.637	4.150	7.787	4.718	5.400	10.118
Outros serviços	6.500	—	6.500	—	—	—
Meio ambiente.....	3.927	—	3.927	4.179	—	4.179
Arrendamento mercantil.....	3.170	—	3.170	4.905	—	4.905
Serviços de saúde.....	880	—	880	4.353	—	4.353
Mineração e petróleo.....	626	—	626	1.054	3.000	4.054
Pecuária e criação de aves	—	—	—	1.518	—	1.518
Linhas de agência.....	—	—	—	100	—	100
TOTAL	\$279.755	\$101.072	\$380.827	\$269.644	\$93.709	\$363.353

Resumem-se, a seguir, os empréstimos e investimentos aprovados pela Diretoria Executiva, porém ainda não comprometidos, bem como os compromissos de empréstimos e investimentos de capital assinados mas não desembolsados em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (excluindo os cancelamentos) (em milhares de US\$):

	2001	2000
Investimentos aprovados mas não comprometidos		
Empréstimos.....	\$146.875	\$111.100
Investimentos de capital	15.000	26.500
TOTAL	\$161.875	\$137.600
Investimentos comprometidos mas não desembolsados		
Empréstimos.....	\$ 59.209	\$106.116
Investimentos de capital	59.871	33.691
TOTAL	\$119.080	\$139.807

As taxas de juros aplicadas aos empréstimos concedidos pela Corporação baseiam-se nas taxas de juros oferecidas no mercado interbancário de Londres (LIBOR) para um, três e seis meses, acrescida de uma margem que oscila de 2,50% a 6,00%. Em 31 de dezembro de 2001, a média das taxas LIBOR para um, três e seis meses era de 3,88%, 3,78% e 3,73%, respectivamente (6,56%, 6,40% e 6,21%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2000).

Figura, a seguir, a estrutura de vencimento dos empréstimos da Corporação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$):

	2001		2000	
	PRINCIPAL PENDENTE DE AMORTIZAÇÃO	MARGEM MÉDIA SOBRE LIBOR	PRINCIPAL PENDENTE DE AMORTIZAÇÃO	MARGEM MÉDIA SOBRE LIBOR
Vencimento em um ano ou menos...	\$ 61.489	3,70%	\$ 69.336	3,51%
Vencimento de um até cinco anos...	176.900	3,50%	150.590	3,38%
Vencimento de cinco até dez anos..	41.366	4,02%	49.718	3,37%
TOTAL	\$279.755		\$269.644	

Os empréstimos que deixaram de produzir juros totalizaram US\$83.246.000 em 31 de dezembro de 2001 (US\$40.516.000 em 31 de dezembro de 2000). As receitas financeiras não reconhecidas em

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

empréstimos improdutivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 elevaram-se a US\$2.634.000 (US\$3.782.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000). Os juros recebidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 dos empréstimos categorizados como improdutivos, referentes ao exercício corrente e a exercícios anteriores, perfizeram US\$47.000 (US\$959.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000).

Em 31 de dezembro de 2001 o investimento contabilizado em empréstimos minorados era de US\$22.128.000 (US\$8.525.000 em 31 de dezembro de 2000). Em 31 de dezembro de 2001, o investimento médio registrado em empréstimos minorados era de US\$15.327.000 (US\$14.432.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000).

Resumem-se, a seguir, as variações relacionadas com a provisão para perdas em empréstimos e investimentos de capital nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$):

	2001			2000		
	EMPRÉSTIMOS	CAPITAL	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	CAPITAL	TOTAL
Saldo no início do exercício.....	\$24.409	\$15.961	\$40.370	\$24.567	\$10.186	\$34.753
Investimentos eliminados contabilmente.....	(5.746)	(3.098)	(8.844)	(5.106)	(994)	(6.100)
Montantes recuperados.....	416	—	416	1.869	—	1.869
Provisão para perdas.....	11.342	14.169	25.511	3.079	6.769	9.848
Saldo no final do exercício.....	\$30.421	\$27.032	\$57.453	\$24.409	\$15.961	\$40.370

Um montante substancial do aumento nas provisões para perdas ocorrido em 2001 em comparação com 2000 pode ser atribuído aos empréstimos e investimentos da Corporação na Argentina.

Em 2000, a Corporação fez um investimento em montantes a serem cobrados a título de pagamentos mínimos correspondentes a contratos de arrendamento financeiro, que é incluído nos investimentos em forma de empréstimo. Em 31 de dezembro de 2001, o valor atualizado líquido desse investimento elevava-se a US\$3.210.000 (US\$4.936.000 em 31 de dezembro de 2000), incluindo pagamentos brutos a receber no montante de US\$3.555.000 (US\$5.656.000 em 31 de dezembro de 2000), com juros não realizados de US\$345.000 (US\$720.000 em 31 de dezembro de 2000). Durante o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2001, a Corporação reconheceu US\$375.000 em renda de juros associados com esses arrendamentos e US\$110.000 durante o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2000. Os pagamentos a título de arrendamento a receber nos próximos cinco anos são (em milhares de US\$):

	2002	2003	2004	2005	2006
Reembolsos do principal.....	\$1.620	\$1.019	\$431	\$95	\$5
Renda de juros.....	225	91	25	3	—
Montante mínimo a receber a título de pagamento correspondente a contratos de arrendamento financeiro.....	\$1.845	\$1.110	\$456	\$98	\$5

Em 2001, a Corporação fez um investimento em títulos garantidos por hipotecas incluídos em investimentos em forma de empréstimo. De acordo com a SFAS No. 115 *Contabilização de Certos Investimentos em Títulos de Dívida e Capital*, a Corporação classificou os títulos garantidos por hipotecas como investimentos comerciais e os contabilizou ao valor justo de US\$4.338.000 no fim do ano. Em 31 de dezembro de 2001, a Corporação registrou um lucro não realizado de US\$515.000 correlato ao investimento que se reflete em outras receitas de investimentos em forma de empréstimo. A Corporação também celebrou um instrumento financeiro derivado correlato ao investimento de títulos garantidos por hipotecas, criado para minimizar a variabilidade do pagamento do montante

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

de principal e juros causada pelos riscos representados pelo juros e pelo câmbio. Em 31 de dezembro de 2001, a Corporação registrou um valor justo para o derivado de US\$619.000, que se reflete nas contas a pagar e em outros passivos e também representa a perda não realizada ligada aos derivados.

Nota D - Contas a receber e outros ativos

As contas a receber e outros ativos em 31 de dezembro de 2001 e 2000 estão resumidos a seguir (em milhares de US\$):

	2001	2000
Receita acumulada de títulos negociáveis.....	\$ 384	\$ 360
Receita acumulada de investimentos em forma de empréstimos.....	2.145	4.647
Dividendos acumulados sobre investimento de capital.....	174	221
Montante a receber das vendas de investimentos de capital, líquido.....	—	483
Ativos recuperados.....	620	620
Outros ativos previamente pagos referentes a outros benefícios dos aposentados.....	112	249
Outros.....	272	112
Ativos fixos:		
Equipamentos de escritório e melhorias na propriedade arrendada, a preço de custo.....	1.234	1.208
Equipamentos de computação, <i>software</i> e desenvolvimento de sistemas, a preço de custo.....	2.384	2.287
Menos: depreciação e amortização acumuladas.....	(3.263)	(3.082)
Ativos fixos, líquido.....	355	413
TOTAL.....	\$4.062	\$7.105

Em 1998, a Corporação vendeu a sua participação em alguns investimentos de capital e contabilizou títulos a receber por um total de US\$1.800.000 e uma provisão de valorização correlata de US\$72.000. A Corporação reconheceu um ganho de US\$416.000 relacionado com essas vendas de capital, incluído nos ganhos sobre a venda de investimentos de capital durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 1998. Em 31 de dezembro de 2001 o saldo dessa conta a receber foi pago integralmente, sendo liberada a provisão de valorização correlata (US\$568.000 e US\$85.000, respectivamente, em 31 de dezembro de 2000).

Nota E - Contas a pagar e outros passivos

Estão resumidos a seguir as contas a pagar e outros passivos em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$):

	2001	2000
Contas a pagar.....	\$ 564	\$ 470
Montante devido ao BID.....	77	49
Salários e benefícios a pagar.....	1.575	1.320
Rendimentos diferidos.....	333	23
Pagamentos residuais de subscrições de capital.....	1.317	133
Pagamentos de cotas referentes à alienação de investimentos de capital.....	1.383	983
Passivo correlato aos derivados.....	619	—
Outros passivos.....	451	403
Total das contas a pagar e outros passivos.....	\$6.319	\$3.381

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

A Corporação celebra contratos com patrocinadores de investimentos de capital para liberar as posições da Corporação com relação a investimentos de capital. Estes contratos envolvem pagamentos em cotas feitos à Corporação, no final dos quais a posição da Corporação é liberada em favor do patrocinador do investimento de capital. Os pagamentos em cotas refletidos nas contas a pagar e nos outros passivos totalizam US\$1.383.000 em 31 de dezembro de 2001 (US\$983.000 em 31 de dezembro de 2000).

Nota F - Empréstimos obtidos

Os empréstimos pendentes da Corporação consistem em linhas de crédito rotativas com a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid (Caja) e o Industrial Bank of Japan (IBJ). Os empréstimos tomados nos termos dessas linhas de crédito vencem um, três ou seis meses após o desembolso, podendo ser renovados.

Figuram a seguir os contratos de linhas de crédito e os empréstimos correlatos a estes contratos em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$):

LINHAS DE CRÉDITO	2001		2000	
	DISPONÍVEIS	PENDENTES	DISPONÍVEIS	PENDENTES
Caja, que expirou em julho de 2001	\$ —	\$ —	\$ 50.000	\$ 40.000
Caja, que expira em março de 2003	50.000	50.000	50.000	50.000
Caja, que expira em março de 2006	100.000	—	100.000	70.000
Caja, que expira em dezembro de 2002	50.000	—	50.000	—
IBJ, que expira em junho de 2006	100.000	55.000	—	—
		\$105.000		\$160.000

Os juros são acumulados a taxas variáveis com base na taxa LIBOR para um, três e seis meses, oferecidas na data de entrada em vigor de cada empréstimo. O custo médio ponderado dos empréstimos obtidos pela Corporação era de 4,71% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 (6,73% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000). A Corporação também paga uma comissão de compromisso que varia de 0,05% a 0,10% sobre a linha de crédito disponível não utilizada. O total das comissões de compromisso pagas sobre todas as linhas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 elevou-se a US\$53.000 (US\$26.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000).

Em 2001, a Corporação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento renovaram um contrato de empréstimo autorizando a Corporação a tomar emprestado montante não superior a US\$300.000.000 até novembro de 2005. Em 2001 e 2000 nenhum recurso foi sacado com base nesse contrato.

Nota G - Capital

O capital acionário autorizado da Corporação foi aumentado de US\$703,7 milhões mediante uma resolução de aumento de capital de US\$500 milhões em 1999. A resolução alocou US\$500 milhões para subscrições dos países membros durante o período de subscrição. Em 22 de março de 2000, alcançou-se o número mínimo de subscrições exigidas para que a resolução sobre aumento de

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

capital entrasse em vigor. Os membros concordaram em pagar suas subscrições em oito cotas, sendo a última pagável em 31 de outubro de 2007.

A seguinte tabela relaciona o capital social subscrito e as subscrições a receber de cada país membro em 31 de dezembro de 2001 (em milhares de US\$):

	AÇÕES DE CAPITAL SUBSCRITAS		SUBSCRIÇÕES A RECEBER DOS PAÍSES MEMBROS
	AÇÕES	MONTANTE	
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ 5.310
Argentina.....	7.767	77.670	54.400
Áustria	345	3.450	1.840
Bahamas	68	680	—
Barbados	101	1.010	540
Belize	101	1.010	610
Bolívia.....	624	6.240	3.280
Brasil	7.767	77.670	47.310
Chile	2.003	20.030	9.850
Colômbia.....	2.003	20.030	11.490
Costa Rica.....	94	940	—
Dinamarca.....	1.071	10.710	5.710
El Salvador.....	94	940	—
Equador.....	420	4.200	2.940
Espanha.....	2.393	23.930	13.260
Estados Unidos.....	17.600	176.000	102.580
França.....	2.162	21.620	11.520
Guatemala.....	420	4.200	2.210
Guiana.....	124	1.240	660
Haiti	94	940	—
Honduras	314	3.140	2.200
Israel	173	1.730	930
Itália.....	2.162	21.620	15.360
Jamaica	126	1.260	—
Japão	2.393	23.930	13.260
México	5.000	50.000	30.430
Nicarágua.....	314	3.140	2.200
Países Baixos.....	1.071	10.710	5.710
Panamá.....	314	3.140	1.650
Paraguai.....	325	3.250	2.310
Peru	2.003	20.030	13.260
República Dominicana	435	4.350	2.360
Suécia	393	3.930	2.950
Suíça	1.071	10.710	5.710
Suriname.....	30	300	225
Trinidad e Tobago	314	3.140	2.200
Uruguai	857	8.570	4.640
Venezuela	4.311	43.110	22.980
TOTAL 2001	68.191	\$681.910	\$401.885
TOTAL 2000	66.204	\$662.040	\$438.165

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

Nota H - Participações

A Corporação mobiliza fundos provenientes de bancos comerciais e outras instituições financeiras (participantes) mediante a participação em empréstimos, os quais são vendidos pela Corporação aos participantes sem recurso mas administrados pela Corporação, que paga o respectivo serviço em nome dos participantes. Os recursos que os participantes puseram à disposição efetiva da Corporação e foram desembolsados elevaram-se a US\$24.455.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 (US\$19.843.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000). Os fundos comprometidos não desembolsados correspondentes a recursos dos participantes foram de US\$7.872.000 em 31 de dezembro de 2001 (US\$27.717.000 em 31 de dezembro de 2000).

Nota I - Transações com entidades correlatas

A Corporação recebe do BID alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que o BID pode prestá-los a ambas as instituições de maneira eficiente. Há um contrato entre a Corporação e o BID relativo ao aluguel de escritórios, que se vence em 2002. O pagamento do aluguel pode variar em função do espaço efetivamente utilizado.

A tabela abaixo relaciona os totais pagos pela Corporação ao BID pelo uso de escritórios e outros serviços de apoio administrativo durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$):

	2001	2000
Escritórios.....	\$ 1.099	\$ 1.097
Serviços de apoio.....	536	400
TOTAL.....	\$ 1.635	\$ 1.497

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

As contas a pagar ao BID eram de US\$77.000 em 31 de dezembro de 2001 (US\$49.000 em 31 de dezembro de 2000).

Em 2001 e 2000 não havia montantes pendentes com o BID nos termos de um contrato de empréstimo existente. Ver a Nota F.

A Corporação assinou um contrato de serviços de assessoria com o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) do BID. Receberam-se comissões no montante de US\$475.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 (US\$400.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000).

Nota J - Plano de aposentadoria

O BID patrocina um plano de aposentadoria de benefícios definidos (o Plano de Aposentadoria) que cobre basicamente todo o pessoal da Corporação e do BID. Nos termos do Plano de Aposentadoria, os benefícios baseiam-se em anos de serviço e remuneração média, com os funcionários contribuindo com uma percentagem fixa da remuneração base para pensão e a Corporação e o BID contribuindo com o restante do custo, determinado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Aposentadoria. A contribuição total baseia-se no método agregado de financiamento. Todas as contribuições ao Plano de Aposentadoria e todos os demais ativos e receitas mantidos para os fins do Plano de Aposentadoria ficam separados de outros ativos e receitas da Corporação e do BID e só podem ser usados em benefício dos participantes do Plano de Aposentadoria e de seus beneficiários, até que todas as obrigações para com eles tenham sido pagas ou providenciado seu cumprimento. Não se mantêm informações sobre as obrigações relativas a benefícios acumulados e sobre os ativos conexos atribuíveis à Corporação. O gasto total alocado à Corporação para o Plano de Aposentadoria no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 foi de US\$12.000 (US\$9.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000).

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

Nota K - Benefícios posteriores à aposentadoria, diferentes de pensões

A Corporação também presta certos tipos de assistência médica e outros benefícios aos aposentados. Todos os funcionários atuais que participem do Plano de Aposentadoria e atendam a determinados requisitos têm direito, ao aposentar-se nos termos do Plano de Aposentadoria, aos mencionados benefícios posteriores.

A Corporação contribui anualmente para o Plano de Benefícios Posteriores à Aposentadoria do BID (o Plano) num montante correspondente à despesa anual determinada com base em cálculos atuariais. A parcela do total de ativos que corresponde à Corporação é rateada com relação ao Plano com base na taxa de provisão de fundos da Corporação e na taxa de retorno dos ativos, excluindo quaisquer pagamentos a funcionários a título de benefícios posteriores à aposentadoria. A Corporação contribuiu com US\$220.000 para o Plano no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 (US\$695.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000). Calcula-se que as futuras contribuições de fundos ao Plano equivalham ao custo atuarial anual.

A tabela seguinte faz uma conciliação das alterações nas obrigações de benefícios do Plano, do valor justo dos ativos e da situação de capitalização do Plano em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$):

	2001	2000
<i>Conciliação da obrigação de benefícios</i>		
Obrigação em 1º de janeiro.....	\$8.141	\$7.386
Custo do serviço.....	727	674
Custo de juros.....	365	462
Ganho atuarial.....	(1.830)	(381)
Obrigação em 31 de dezembro.....	7.403	8.141
<i>Conciliação do valor justo dos ativos do Plano</i>		
Valor justo dos ativos do Plano em 1º de janeiro.....	7.974	7.439
Retorno real sobre os ativos do Plano.....	(481)	(160)
Contribuições do empregador.....	220	695
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro.....	7.713	7.974
<i>Situação de capitalização</i>		
Situação de capitalização em 31 de dezembro.....	310	(167)
Obrigação transitória não reconhecida.....	2.272	2.445
Ganho não reconhecido.....	(2.470)	(2.029)
Ativos previamente pagos referentes a outros benefícios dos aposentados.....	\$ 112	\$ 249

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

As perdas e ganhos atuariais que ultrapassem 10% da obrigação acumulada correspondente a benefícios posteriores à aposentadoria são amortizados durante a vida média restante dos participantes ativos, calculada em aproximadamente 10,5 anos. As obrigações transitórias líquidas não reconhecidas são amortizadas num prazo de 15 anos.

As premissas atuariais ponderadas, levadas em consideração no cálculo da obrigação de benefício, são as seguintes:

	2001	2000
Taxa de desconto	5,25%	5,75%
Rendimento previsto dos ativos do Plano.....	6,00%	6,50%

A obrigação acumulada do benefício posterior à aposentadoria foi determinada por meio das taxas da tendência de custo de cuidados de saúde de 10,8% a 12,3%, em relação aos participantes que se supõe venham a permanecer nos Estados Unidos uma vez aposentados. Partiu-se da premissa de que essa taxa diminuiria paulatinamente, até situar-se em 5,0% a partir de 2013. Quanto aos participantes que se supõe venham a residir fora dos Estados Unidos após a aposentadoria, adotou-se um aumento de 9,5%.

O custo periódico líquido dos benefícios inclui os seguintes componentes em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (em milhares de US\$):

	2001	2000
Custo dos serviços	\$ 727	\$674
Custo dos juros	365	462
Amortização do ganho e da obrigação de transição não reconhecidos.....	(151)	24
Menos: retorno previsto dos ativos do Plano.....	(584)	(532)
	\$ 357	\$628

As taxas pressupostas da tendência dos custos dos cuidados da saúde têm efeito significativo sobre os montantes incluídos nos planos de seguro de saúde. Uma variação de um ponto percentual nas taxas pressupostas da tendência de custo de cuidados da saúde teria os seguintes efeitos:

	AUMENTO DE UM PONTO PERCENTUAL	REDUÇÃO DE UM PONTO PERCENTUAL
Efeito sobre o total dos componentes do custo dos serviços e dos juros.....	\$ 222	\$ (180)
Efeito sobre a obrigação de benefício pós-aposentadoria	1.297	(1.052)

Governadores e Governadores Suplentes

País	Governador	Governador Suplente
Alemanha	Sra. Uschi Eid	Rolf Wenzel
Argentina	Jorge Remes Lenicov	Roque Maccarone
Áustria	Karl-Heinz Grasser	Thomas Wieser
Bahamas	Sir William C. Allen	Ruth Millar
Barbados	Reginald R. Farley, M.P.	Grantley Smith
Belize	Ralph Fonseca	Keith Arnold
Bolívia	Jacques Trigo Loubiere	Bernardo Requena Blanco
Brasil	Martus Antônio Rodriguez Tavares	Dante Coelho de Lima
Chile	Nicolás Eyzaguirre	María Eugenia Wagner Brizzi
Colômbia	Juan Manuel Santos	Juan Carlos Echeverri
Costa Rica	Alberto Dent	Eduardo Lizano Fait
Dinamarca	Carsten Staur	Ove Ullerup
El Salvador	Juan José Daboub	Rafael Barraza
Equador	Carlos Julio Emanuel	Jorge Morán Centeno
Espanha	Rodrigo de Rato y Figaredo	Juan Costa Climent
Estados Unidos	Paul H. O'Neill	Alan P. Larson
França	Laurent Fabius	Jean-Pierre Jouyet
Guatemala	Eduardo H. Weymann Fuentes	Lizardo Sosa
Guiana	Bharrat Jagdeo	Saismarine Kowlessar
Haiti	Marc Bazin	Faubert Gustave
Honduras	Gabriela Núñez de Reyes	Victoria Asfura de Díaz
Israel	David Klein	Dan Catarivas
Itália	Giulio Tremonti	Vincenzo Desario
Jamaica	Omar Davies, MP	Shirley Tyndall
Japão	Masajuro Shiokawa	Masaru Hayami
México	Francisco Gil Díaz	Agustín Carstens Carstens
Nicarágua	Francisco Aguirre Sacasa	Esteban Duque Estrada
Países Baixos	Gerrit Zalm	Sra. Eveline Herfkens
Panamá	Norberto Delgado Durán	Eduardo Antonio Quirós B.
Paraguai	Francisco Oviedo	James Spalding
Peru	Pedro Pablo Kuczynski G.	Kurt Burneo Farfán
República Dominicana	Francisco M. Guerrero Prats.-R.	Luis Manuel Piantini Munnigh
Suécia	Sra. Gun Britt Andersson	Ann Uustalu
Suíça	Oscar Knapp	Adrian Schläpfer
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	Stanley Ramsaran
Trinidad e Tobago	Gerald Yetming	Victoria Mendez-Charles
Uruguai	Alberto Bensiôn	Ariel Davrieux
Venezuela	Nelson Merentes	Jorge Giordani

Informação em dezembro de 2001

Diretores Executivos e Diretores Suplentes

Nome	País
Juan E. Notaro Jorge Crespo-Velasco	Bolívia, Paraguai e Uruguai
Roderick G. Rainford Luis Alberto Rodríguez	Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago
José A. Fourquet	Estados Unidos da América
Jaime Pinto Tabini Germán Quintana	Chile e Peru
Michaela Zintl Paolo Cappellacci	Alemanha, Áustria, Itália e Países Baixos
Agustín García-López Héctor Santos	México e República Dominicana
José Carlos Quirce José Carlos Castañeda	Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua
José Alejandro Rojas Eduardo Linares	Panamá e Venezuela
Daniel Oliveira Frederico Álvares	Brasil e Suriname
Michel Planque Flemming Nichols	Dinamarca, França, Suécia e Suíça
Álvaro Rengifo Yoshihisa Ueda	Espanha, Israel e Japão
María Cecilia Otoyá César Coronel	Colômbia e Equador
Ricardo R. Carciofi Martín Bès	Argentina e Haiti

Administração e Gerência

Gerente-Geral
Chefe de Divisão, Financiamento
Direto a Empresas
Chefe de Divisão, Serviços Financeiros
Chefe de Divisão, Finanças, Gerenciamento
de Risco e Administração
Assessor Jurídico, Divisão Legal
Conselheiro Jurídico Executivo, Divisão Legal
Engenheiro Principal
Oficial Principal de Crédito
Coordenador Principal, Operações Especiais

Pessoal de apoio

Contador Principal
Recursos Humanos
Oficial Principal de Carteira
Tesoureiro

Secretaria

Secretário
Sub-Secretário

Jacques Rogozinski

Steven L. Reed
Jorge Zelada

Jorge Roldán
Raúl Herrera
Sarah Fandell
Phillip James
Mario Mahler
Jorge Pacheco

Shane L Bateman
Susana Salazar
Rigoberto Ordóñez
Barbara D. McGowan

Carlos Ferdinand
Armando Chuecos